



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JOSÉ JACKSON SILVA PINHEIRO

**O SURURU DE CAPOTE NA COMUNIDADE
RIBEIRINHA DA LAGUNA MUNDAÚ EM MACEIÓ**

**MACEIÓ - AL
2022**



JOSÉ JACKSON SILVA PINHEIRO



**O SURURU DE CAPOTE NA COMUNIDADE
RIBEIRINHA DA LAGUNA MUNDAÚ EM MACEIÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ferreira

**MACEIÓ - AL
2022**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

P654s Pinheiro, José Jackson Silva.
O Sururu de Capote na Comunidade Ribeirinha da Laguna Mundaú em
Maceió / José Jackson Silva Pinheiro. – 2022.
72 f. : il. color.

Orientador: Bruno Ferreira.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia:
Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia,
Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 67-68.
Apêndices: f. 69-72.

1. Circuitos superior e inferior. 2. Sururu. 3. Favela Sururu de Capote.
4. Produção. 5. Comercialização. I. Título.

CDU: 911

JOSÉ JACKSON SILVA PINHEIRO

**O SURURU DE CAPOTE NA COMUNIDADE
RIBEIRINHA DA LAGUNA MUNDAÚ EM MACEIÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Aprovado em 21 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO FERREIRA
Data: 26/08/2022 18:02:22-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Bruno Ferreira
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br KINSEY SANTOS PINTO
Data: 26/08/2022 18:06:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Kinsey Santos Pinto
(2º Examinador)

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO CAVALCANTE LINS SILVA
Data: 26/08/2022 18:33:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Me. Thiago Cavalcante Lins Siva
(3º Examinador)



SURURU DA NEGA

É da favela? Não, nega Juju

Nasceu num rancho da terra do sururu (refrão)

Quadris roliços, o cabelo atrapalhado

Quem vê diz que traz feitiço no olhar apimentado

Cavando a vida no Canal do Mundaú

Pesca caboclo, maçunim e sururu

É da favela? Não, nega Juju

Nasceu num rancho da terra do sururu

Em Bebedouro, no Farol, na Ponta Grossa

Com o sururu da nega a folia é nossa

Não há petróleo, não há porto, não há nada

O bom problema é o sururu lá na Levada.

É da favela? Não, nega Juju

Nasceu num rancho da terra do sururu

*Cantora: Leureny/Compositores: Aristóbolo Cardoso e
Pedro Nunes*

In memoriam da minha cachorrinha Mell, companheira para todas as horas e que participou, mesmo doentinha, da pesquisa de campo.



AGRADECIMENTOS

No começo, tudo parecia apenas um teste de curiosidade. Ingressar no Curso de Geografia não estava nos meus planos. Simplesmente fui impulsionado pela minha esposa e pela minha filha a fazê-lo, já que me identifico nessa área.

Aparentemente, entrar no Centro Acadêmico de Nível Superior não é tarefa fácil. Existe muita concorrência: é você disputando com vários estudantes, muitos deles, como se diz vulgarmente, “na ponta do casco” ou “voando baixo”. Mas, na realidade, a parte mais difícil depois do ingresso à universidade é concluir o curso.

São vários os fatores que dificultam tal façanha. Deslocamento à instituição, ausência da família, imprevistos ou intempéries da vida. Sinceramente, a idade também conta, bem como a indisponibilidade e até mesmo os compromissos extraclasse.

Mas, quando você recebe um apoio de Deus, associado aos dos seus familiares bem próximos, o desafio de conquistar o diploma, que parecia impossível, torna-se real.

Sendo assim, só tenho a agradecer primeiramente à Trindade Santa: ao Criador, por me dá sabedoria e força (a Ele toda a honra, toda a glória e todo o louvor); a Jesus Cristo, meu Salvador e advogado fiel; e ao Espírito Santo, por ser meu amigo e conselheiro.

Agradeço, com o maior carinho, à minha esposa, Silvania Pinheiro, e à minha filha, Ariadne Pinheiro, que me deram a maior força e acreditaram que eu conseguiria concluir o curso. Tiveram a paciência e a coragem de ficarem por bastante tempo longe da minha presença. Por estarem nos meus momentos de “perrengue” me direcionando a superá-lo. De todo o meu coração: AMO VOCÊS! MUITO OBRIGADO!

Agradeço ao IGDEMA, ao Departamento de Licenciatura, aos meus professores, assim como os colegas de curso, que dispuseram a me ajudar em tantos momentos cruciais no processo de ensino-aprendizagem. Deixarei os nomes no anonimato para não cometer uma gafe, esquecendo de elencá-los, com exceção da prof^a. Dr^a. Luciane Marisco, que iniciou a minha orientação, e do prof. Dr. Bruno Ferreira, atual orientador.

Enfim, que Deus nos abençoe e abra portas no mercado de trabalho além-universidade. Sem dúvida, uma etapa da vida que requer disciplina, paciência e determinação.



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem dos Moradores (I)	27
Gráfico 2 – Origem dos Moradores (II)	28
Gráfico 3 – Motivos que levaram à Sururu de Capote	28
Gráfico 4 – Estrutura dos Barracos	29
Gráfico 5 – Principais Ocupações	29
Gráfico 6 – Vínculo Empregatício (formal e informal)	30
Gráfico 7 – Renda Familiar	30
Gráfico 8 – Fontes de Renda	31
Gráfico 9 – Grau de Escolaridade (I)	31
Gráfico 10 – Grau de Escolaridade (II)	32

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Wagner Simas, diretor de Habitação	24
Imagem 2 – Favela Sururu de Capote	26
Imagem 3 – Área da favela antes da construção	33
Imagem 4 – Área da favela durante a construção	33
Imagem 5 – Projeção da nova área revitalizada	34
Imagem 6 – Residencial Parque da Lagoa	34
Imagem 7 – Pescadores em busca do molusco	40
Imagem 8 – Cordões de sururu	40
Imagem 9 – Barco no limite de peso	41
Imagem 10 – Lata de sururu bruto	42
Imagem 11 – Lavagens no meio da lagoa e no raso	43
Imagem 12 – Ao atracar, venda se inicia	44
Imagem 13 – Atravessadora	44
Imagem 14 – Despinico é cansativo	45
Imagem 15 – Cozimento às margens da avenida (às 16h45)	46
Imagem 16 – Peneiração e limpeza	47
Imagem 17 – Ensacamento	48
Imagem 18 – Venda à beira da avenida	48
Imagem 19 – Mercado da Produção	49
Imagem 20 – Moqueca do sururu	50
Imagem 21 – Cobogós e estofados	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Identificação das áreas aterradas	25
Figura 2 – Mapa de localização da Favela Sururu de Capote no bairro da Ponta Grossa, Maceió-AL	54
Figura 3 – Cadeia produtiva	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características de cada circuito	20
Quadro 2 – Eleusa Herculano: múltiplas funções	43
Quadro 3 – Nível de contaminação	52
Quadro 4 – Ganhos dos trabalhadores sem vínculo com atravessadores	58
Quadro 5 – Gastos financeiros (atravessadora Jaqueline)	58
Quadro 6 – Apurado (Jaqueline)	59
Quadro 7 – Lucro pós-venda (Jaqueline)	59

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEC	Conselho Estadual de Cultura
CEF	Caixa Econômica Federal
CELMM	Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba
IABS	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBDS	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IMA-AL	Instituto do Meio Ambiente de Alagoas
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSC	Organização da Sociedade Civil
SEMINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
UEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba)

RESUMO

Maceió, assim como outras cidades do País, apresenta-se em constante crescimento sociopolítico-econômico. E, considerando a proporcionalidade e as peculiaridades de cada uma delas, a capital alagoana também apresenta características similares quanto aos agentes que promovem tal fenômeno social. Dentro dessa realidade, deve-se levar em conta dois importantes circuitos citados e estudados por Milton Santos: inferior e superior. Um se alimentando do outro. E é nesse contexto que acontece o processo de cadeia produtiva do sururu pelas comunidades ribeirinhas da laguna Mundaú. E o objetivo dessa pesquisa é compreender essa dinâmica de reprodução, distribuição e comercialização do molusco, tomando como referencial a Favela Sururu de Capote, que apresenta aspectos sociais (saúde, educação, segurança) e estruturais (moradia), bem como econômico (renda familiar), similares às demais favelas em toda a extensão da orla lagunar. A pesquisa realizada entre 2018 e 2022 apontou que, nessa relação entre circuito superior e inferior, a comunidade da Sururu de Capote (assim como as demais), quanto à sua participação na produção e comercialização do molusco, ainda se encontra diante de uma dinâmica de exploração econômica expressiva que, de um lado, beneficia os que dominam o capital em detrimento daqueles que se apresentam com mão de obra barata e desprovida de aparato protetor da mão do Estado.

Palavras-Chave: Sururu, Produção, Comercialização.

ABSTRACT

Maceió, like other cities in the country, presents itself in constant socio-political-economic growth. And, considering the proportionality and the peculiarities of each one of them, the capital of Alagoas also presents similar characteristics regarding the agents that promote this social phenomenon. Within this reality, two important circuits mentioned and studied by Milton Santos must be taken into account: inferior and superior. One feeding on the other. And it is in this context that the process of the sururu production chain takes place by the riverside communities of the Mundaú lagoon. And the objective of this research is to understand this dynamic of reproduction, distribution and commercialization of the mollusc, taking as a reference the Favela Sururu de Capote, which presents social (health, education, security) and structural (housing) as well as economic (family income) aspects.), similar to the other favelas along the entire length of the lagoon shore. The research carried out between 2018 and 2022 showed that, in this relationship between the upper and lower circuit, the Sururu de Capote community (as well as the others), regarding their participation in the production and commercialization of the mollusc, is still facing a dynamic of expressive economic exploitation that, on the one hand, benefits those who dominate capital to the detriment of those who present themselves with cheap labor and devoid of protective apparatus from the hand of the State.

Keywords: Sururu, Production, Commercialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. DIFERENTES DINÂMICAS QUE EXPLICAM UM ESPAÇO DIVIDIDO	16
1.1. Práticas econômicas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos	16
1.2. Circuitos superior e inferior	19
1.3. Relação Estado-circuito inferior	23
2. PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NA REGIÃO LAGUNAR	24
2.1. Caracterização da favela Sururu de Capote	26
2.2. Perfil da comunidade	29
2.3. Reestruturação da área e relocação da comunidade	32
3. PROCESSO DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SURURU	36
3.1. Molusco sururu de capote	36
3.1.1. Sururu: um patrimônio imaterial	37
3.2. Processo da cadeia produtiva do molusco	38
3.2.1. Etapas da cadeia produtiva do molusco	39
3.3. Impactos positivos ou negativos	51
4. METODOLOGIA	54
4.1. Área de estudo	54
4.2. Procedimentos metodológicos	55
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
APÊNDICES	69

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como se dá a produção, distribuição e comercialização do sururu pelas comunidades ribeirinhas da laguna Mundaú em Maceió, pegando como referencial a Favela Sururu de Capote.

Além de visar contribuir como subsídio a outros trabalhos acadêmicos, o interesse para desenvolver a pesquisa foi surgindo à medida que observava os marisqueiros cozinhar e, em seguida, separar o molusco de seu capote. Um trabalho tipicamente artesanal e relevante. Desconfiava que, por trás de toda essa simplicidade, existiria uma cadeia de produção organizada e complexa. E, diante desse processo, despertaram-me as seguintes dúvidas: essa prática correria o risco de se tornar extinta com o avanço tecnológico? O consumo do molusco seria para subsistência da comunidade ou voltado para o comércio local ou externo?

Concomitantemente a esses questionamentos, foram levantadas algumas hipóteses: já que a laguna sofre com ação antrópica mediante o lançamento de dejetos e águas poluídas, a reprodução do molusco é bastante prejudicada. Além disso, tudo leva a afirmar que, observando o trabalho insalubre local, não há algum tipo de suporte técnico ou financeiro por parte do Estado ou município no tocante à dinâmica de produção e comercialização do molusco. Nesse aspecto, a realização da pesquisa tende a ratificar ou não esse raciocínio.

Na realidade, as comunidades ribeirinhas, a exemplo da Favela Sururu de Capote, sobrevivem à base de uma economia informal, cuja renda, além do manejo do sururu, é obtida mediante a venda de produtos recicláveis (a exemplo de garrafas pet, latinhas de refrigerante, ferro velho, alumínio e papelão) e trabalhos domésticos, dentre outros.

E essa prática observada na “comunidade referencial”, com base numa economia informal, está inserida no circuito inferior, como pode ser verificado no livro “*O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*”, resultado de um trabalho científico elaborado na década de 1970 pelo geógrafo Milton Santos nos continentes asiático, africano e latino-americano.

E é justamente sobre as diferentes dinâmicas que explicam um espaço dividido (onde esse circuito inferior e o superior estão inseridos) que abordará o primeiro capítulo deste trabalho. O primeiro tópico mostra as peculiaridades existentes, em se tratando do processo sociopolítico-econômico, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, explicando, inclusive, como atua cada agente social nas ações locais.



O tópico seguinte procura explicar a prática comercial em ambos os circuitos, mostrando, num quadro resumido, as características divergentes de cada circuito, bem como o que há em comum. Já o terceiro tópico desse capítulo discorre sobre a relação existente entre Estado e circuito inferior, ou seja, até que ponto aquele subsidia esse último.

No segundo capítulo, além da caracterização mais detalhada da Favela Sururu de Capote, são abordados os processos de urbanização da cidade de Maceió (cujo núcleo principal, segundo o historiador Craveiro Costa, ocorreu no Planalto da Jacutinga) e de favelização de toda a região ribeirinha lagunar (do Trapiche à Levada), dando ênfase ao bairro da Ponta Grossa (onde se desenvolveu a pesquisa deste trabalho), explicando como se deram nele a expansão e a efetivação da favela.

Ainda nesse capítulo é feito um recorte da região pesquisada, mostrando o perfil da comunidade que nela reside (tipos de ocupação, renda, escolaridade). Em seguida, é mostrada como está sendo feita a reestruturação da área e como será desencadeada a relocação da comunidade, tanto nos prédios erguidos na região como em conjuntos residenciais espalhados em alguns pontos da capital, a exemplo do Carminha, no Benedito Bentes.

Como a “espinha dorsal” do trabalho é o processo produtivo do sururu, o terceiro capítulo ficou reservado para mostrar como de que maneira isso acontece. Nele são relatadas, primeiramente, as características do molusco, que é considerado um patrimônio imaterial. No capítulo também são relatadas as etapas de produção do molusco: sua coleta na laguna, produção, distribuição, comercialização e destino final. Ainda no terceiro capítulo pode-se ver uma abordagem sobre os impactos positivos ou negativos relevantes que ocorrem na região em consequência dessa prática. E, quando se fala em impactos, serão considerados os aspectos ambientais (flora e fauna, nível de pH da água na laguna ou se existe algum tipo de eutrofização), socioeconômicos (emprego e renda) e na área da Saúde (transtorno resultante de doenças oportunistas devido à falta de saneamento básico e aquelas adquiridas pelas marisqueiras durante a prática laboral).

Por fim, o quarto e o quinto capítulos discorrem, respectivamente, sobre a metodologia (composta de consulta bibliográfica, pesquisa de campo, contatos com órgãos públicos e privados, além de entrevistas) e os resultados e discussões da pesquisa. No caso da pesquisa de campo, ela aconteceu à margem da laguna Mundaú, pegando a Favela Sururu de Capote como referencial, localizada na Ponta Grossa.

1. DIFERENTES DINÂMICAS QUE EXPLICAM UM ESPAÇO DIVIDIDO

Ao analisar a dinâmica de produção, distribuição e comercialização está se fazendo um estudo de como se caracteriza um dos segmentos do sistema capitalista, o inferior. No geral, o *modus operandi* acontece da mesma forma: compra e venda. O que diferencia o segmento superior do inferior são justamente algumas peculiaridades de níveis interno e externo dos atores envolvidos. Quanto ao nível interno, são levados em conta vetores como: objeto de consumo, suporte tecnológico, ambiente no qual se desenvolve a ação e seus agentes sociais. Com relação ao nível externo, considera-se a interrelação entre os agentes, apoio tecnológico e expressividade dos agentes.

A seguir serão destacados e analisados tópicos considerados relevantes para entender mais adiante toda a dinâmica econômica que acontece na Favela Sururu de Capote e similares. O primeiro tópico faz a correlação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos de forma a compreender como atua cada agente social nesse processo sociopolítico-econômico.

O segundo tópico trabalha as características peculiares dos circuitos inferior e superior. É um fenômeno bastante fundamental e que influencia nessa relação é a modernização tecnológica. Já o terceiro tópico discorre sobre a relação do Estado com o circuito inferior. Como se dá o suporte técnico para a comunidade local.

1.1. Práticas econômicas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos

Ao se fazer um estudo retrospectivo da evolução da prática de comércio entre os povos, percebe-se que esta remonta há milênios de anos e sempre se dá mediante a interação entre quem produz e quem consome. Nessa dinâmica (considerando-a, com o passar dos tempos, uma passagem de um sistema simples para um complexo de interação humana) está implícita a questão de poder. Traduzindo: de um lado, quem é dotado de poder aquisitivo significativo (capacidade de compra da força produtiva e repasse da produção); do outro, quem se apresenta subserviente àquele (força de trabalho e consumo básico).

E, para entender melhor essa polarização de acúmulo e transação comercial mediante o consumo, que implica no crescimento econômico ou não das nações, é importante conhecer como se deu o processo sociopolítico-econômico no decorrer da história nessas nações.

Mas, no que podemos verificar na concepção de Milton Santos¹, nem todos os países desenvolvidos tiveram que passar por um mesmo fenômeno sociopolítico-econômico para que pudesse resultar em um crescimento financeiro. Para ele:

Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem em um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente (SANTOS, 2008, p.31).

Como pode ser observado, em cada época (período) e em cada região há uma peculiaridade quanto ao conjunto coerente de elementos de ordem sociopolítico-econômica, que, na visão de Milton Santos, se constitui num verdadeiro sistema.

O que o autor quer dizer com isso é que cada território ou região possui suas peculiaridades sociopolítico-econômicas, bem como seu *modus operandi* de agir ante um determinado fenômeno. Conceitos como clima, solo, raça, vegetação, recurso natural e cultura fazem a diferença na construção do espaço. Por exemplo, a economia local sobreviverá da dinâmica desses fatores mencionados. Sendo assim, cada país, apesar de estar inserido num mundo econômico global, tem seu crescimento econômico específico, bem como político e social.

Também é percebido na citação acima que cada período representa uma “modernização” (generalização de uma inovação oriunda de um período anterior). Seria uma espécie de evolução energética para os subsistemas (países ou nações) subordinados. Isto é: há uma pressão natural para que esses novos subsistemas proporcionem uma inovação, vista como modernização.

Sendo assim, tomando como base essa citação, pressupõe-se que a modernização é o fator principal que qualifica um país a um status de nação desenvolvida, em crescimento. Quanto mais qualificada modernamente falando, mais desenvolvida se apresenta.

¹Milton Almeida dos Santos foi um geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro.

Ainda segundo Milton Santos:

A história da formação dos espaços periféricos – os espaços do Terceiro Mundo – confunde-se com a dos países-polos. Igualmente, a história da elaboração dos ‘espaços derivados’ é paralela à história das modernizações. Trata-se, pois, em escala mundial, de uma sucessão de modernizações, quer dizer, de períodos da história econômica. Esta noção aparece como fundamental para a compreensão dos impactos das forças de modernização e de suas repercussões sociais, econômicas, políticas e espaciais (SANTOS, 2008, p.32).

De acordo com Milton Santos, a modernização tecnológica faz parte de um fenômeno característico dos países modernos. E essa tecnologia é que diferencia o circuito superior do inferior. Com o advento da tecnologia, a difusão da informação como ferramenta de suporte ao consumo se apresenta como fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. E a sua utilização num determinado território depende do grau de interesse dos gestores, quer privado, quer estatal, ou mediante uma articulação conjunta de ambas as partes.

Ao contrário do que acontece nos países do Primeiro Mundo, nos países do Terceiro Mundo as modernizações apenas criam um número limitado de empregos, e a indústria responde timidamente às necessidades de criação de emprego. E isso também acontece na área agrícola, onde os seus efetivos são diminuídos ante a modernização tecnológica, por exemplo. O resultado disso tudo é o crescente êxodo rural e da urbanização terciária. Segundo Santos (2008, p.37), “nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes”. E, diante dessa realidade, muitas famílias se veem na necessidade de migrarem para uma outra região em busca dessas atividades. E muitas dessas migrações culminam para uma área urbana.

Com a concentração dessa massa de indivíduos desempregados nessa área urbana de maior fluxo econômico, a tendência é ocorrer uma polarização social: de um lado, pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades esporádicas; do outro, uma minoria social com rendas elevadas. Isto é, como explica Santos (2008, p.37): “[...] ao mesmo tempo, diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência [...] de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços”.

E é justamente sobre esses dois circuitos que discorrerá o próximo tópico, no qual podem ser vistas as suas características peculiaridades.

1.2. Circuitos superior e inferior

Segundo Santos (2008, p.35), “as modernizações atuais, criações do sistema tecnológico, são comandadas pela força da grande indústria, representada essencialmente pelas firmas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informação”.

E o que diferencia o período atual dos anteriores é justamente a capacidade nova de revolucionarização. E isso implica afirmar que a modernização tecnológica faz toda a diferença no sistema econômico.

Na nova conjuntura econômica, através da modernização tecnológica, existem dois circuitos: superior e inferior. O primeiro resulta diretamente da modernização tecnológica. Muitas das atividades são criadas em função do progresso tecnológico e das pessoas que deles se beneficiam. Já o circuito inferior resulta da mesma modernização, mas, segundo Santos (2008, p.38), se trata de “um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas”.

É importante frisar que a discussão sobre os circuitos superior e inferior da economia urbana se trata, na concepção de Santos (2008, p.38), “de novo paradigma da geografia urbana e da planificação nos países subdesenvolvidos”. E ele acrescenta:

A ideia central desse estudo é que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco. Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos (SANTOS, 2008, pp. 38 e 39).

Como em todos os sistemas, a relação desses dois circuitos não se dá de maneira isolada. Ou seja, o circuito inferior mantém uma dependência do circuito superior. E, dentro dessa interação dos dois circuitos, pode-se perceber que, em alguns momentos, muitos fatores os diferenciam entre si, ao tempo em que outros apresentam algum tipo de identificação, como pode ser observado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Características de cada circuito

CIRCUITOS \ CARACTERÍSTICAS	SUPERIOR	INFERIOR
TRANSAÇÃO FINANCEIRA	Bancos, comércio e indústria de exportação e transportadores.	Inexpressiva.
ATIVIDADES COMERCIAIS	“Puras” (indústria moderna, comércio e serviços modernos) e “impuras” (indústria de exportação e exportação).	Fabricação do tipo não “capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.
TECNOLOGIA EMPREGADA	Importa e de alto nível; “capital intensivo”.	Comumente local ou localmente adaptada ou recriada; “trabalho intensivo”.
OFERTA	Grandes volumes de mercadorias.	Pequenas quantidades.
DIVULGAÇÃO	Baseada na publicidade.	Marketing não usual (contato direto com a clientela)
PREÇOS	Fixados, mesmo diante de competições entre os grandes segmentos comerciais, a exemplo da venda em postos de combustíveis, que estão sob a administração oligopólica.	Prática oscilante.
ACÚMULO DE CAPITAL	Margem de lucro contabilizável por longos prazos.	A curto prazo.
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	Reutilização quase nula.	Reutilização em grande escala.
EM COMUM	As atividades “mistas” (atacadistas e transportadores).	
	Isso acontece devido aos laços funcionais.	
	Pelo consumo.	
	Classe média se dirige aos dois circuitos.	
	Força de trabalho.	
	Algumas podem atuar nos dois circuitos.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No caso das atividades mistas, elas podem se tratar de dupla ligação, podendo ser encontradas também no circuito inferior. E isso acontece porque, segundo Milton Santos, elas têm laços funcionais nos dois circuitos da economia urbana e regional.

O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega frequentemente ao nível do ‘feirante’ ou do simples vendedor ambulante. Através desses intermediários e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores (SANTOS, 2008, p.41).

Apesar de os elementos serem importantes para diferenciar um circuito do outro, eles não são suficientes para definir cada segmento, que se define por dois fatores: pelos conjuntos

das atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. No entanto, essas definições não são rígidas, pois é necessário observar vários desvios quanto ao consumo da população, que pode “migrar” temporariamente para um dos dois. Santos (2008, p.42) enfatiza que “o consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas”.

Se, por um lado, isso acontece com relação ao consumo; por outro lado, no que tange à força de trabalho, Santos (2004, p.42) explica que “[...] os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse circuito”.

E isso pode ser notado mais adiante com base na pesquisa realizada por Andrea Araújo² (2018) na Favela Sururu de Capote, onde muitas pessoas prestam também serviços nas classes média e alta da sociedade maceioense, seja através de contrato formal no comércio ou de maneira informal, como empregada doméstica, por exemplo.

Como se pode observar, não se deve caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas. Todavia, Santos (2008, p.43) afirma que “a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização”.

Faz-se necessário destacar que, dentro dessa realidade, existem importantes lógicas do mundo moderno de coordenação social das ações individuais e coletivas. E essas lógicas, segundo Pedro Abramo³ (2009, p.5) “se consolidam como dominantes a partir da construção dos Estados nacionais e da generalização da lógica mercantil como forma de acesso aos bens materiais e imateriais produzidos”.

E, com base numa dessas lógicas, Abramo, assim como Milton Santos, idealiza o Estado como tendo um papel importante como coordenador social das relações entre os indivíduos e os grupos sociais. Abramo (2009, p.5) destaca que a função do Estado “como mediador social define a forma e a magnitude do acesso à riqueza da sociedade”.

²Andrea Georgia Souza de Araújo é mestra em Geografia, na área de Concentração, Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) desde 2018. Programa de Pós-graduação em Geografia.

³Pedro Abramo é Dr. em Economia pela Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Endossando a linha de pensamento de Milton Santos, quanto às práticas econômicas do circuito inferior, Abramo afirma:

As práticas econômicas que se estabelecem fora da forma de regulação institucional do Estado de Direito e dos seus sistemas de controle, recursos e punição podem ser definidas, em uma primeira aproximação, como práticas econômicas informais. Essas relações, quando recorrentes e asseguradas por alguma forma de regulação institucional paralela aos direitos, podem dar surgimento a um mercado, isto é, um encontro regular de compradores, vendedores de bens e serviços, cujas transações mercantis se reproduzem a partir de certa liberdade de ação e decisão dos seus participantes. Nesse caso, teríamos um mercado ou economia informal, um mercado que não estaria regulado pelo sistema de direitos do Estado de Direito, mas que garantiria o acesso a bens e serviços pela via de uma transação monetária e/ou mercantil (ABRAMO, 2009, p.6).

Na verdade, o Estado tende a abraçar a causa do circuito superior, e isso não acontece por acaso. O governo se alia a quem pode dar retorno financeiro de grande porte. Para Milton Santos:

As classes superiores dispõem do controle da economia urbana e regional e até nacional, seja como proprietários das grandes firmas que controlam o essencial da economia moderna, seja como seus agentes de confiança. A par da própria natureza de suas atividades, têm uma característica cosmopolita (SANTOS, 2008, p.50).

É importante entender que a expansão do crédito é o que faz movimentar os dois circuitos. Tanto o circuito superior quanto o inferior precisam dele para sobreviverem, de acordo com suas características peculiares. No caso do circuito superior, os créditos são utilizados para implementação dos maquinários e aquisição de mais capital. Já parte da população do circuito inferior utiliza o crédito bancário para justamente fomentar o circuito superior com a aquisição de serviços diversos (duráveis e não duráveis, ou supérfluos). Como pode ser observado, é nítida a dicotomia entre o circuito inferior e o superior. E esse fenômeno pode ser notado também no processo socioeconômico em Maceió.

1.3. Relação Estado-circuito inferior

Como já observado, a posição do Estado é de estar apoiando o circuito superior, também denominado “moderno”. E essa ajuda é feita através de subsídios às diferentes modalidades que envolvem a tecnologia nesse circuito. O que lhe interessa é o lucro. Santos destaca:

O apoio que ele dá às diferentes modalidades de modernização tecnológica assume os mais variados aspectos. Esse apoio é oferecido ora abertamente, ora de modo mais discreto, mas leva invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais, sem mesmo dar a contrapartida de uma melhoria da situação de emprego ou de um aumento de bem-estar (SANTOS, 2008, p.161).

O que Santos (2008, p.161) quer dizer é que “a generosidade oficial para com os monopólios e as corporações ocorre em detrimento da população, particularmente das camadas mais desfavorecidas”. E são várias as formas de proteção do Estado para com esse circuito: concentração de monopólio, ajuda financeira de forma direta ou indireta às grandes empresas (a exemplo da construção de infraestrutura caras, formação profissional, promoção de indústria de base, subsídios à produção e à exportação, bem como todas as formas de acordos com as firmas dominantes da economia; dentre elas: legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento).

2. PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO NA REGIÃO LAGUNAR

Analisando especificamente, a formação da Favela Sururu de Capote (a partir da década de 1980), assim como as demais, é resultado das migrações de pessoas de outros estados e da zona rural de Alagoas, como de cidades próximas, inclusive de lugares da própria Maceió, um fenômeno associado aos componentes estadual e regional das atividades econômicas.

A Favela Sururu de Capote é resultado de uma apropriação e uso do território às margens da orla lagunar, ocorrida há 38 anos por famílias da própria capital, outras que vieram do interior do estado de Alagoas e muitos migrantes de outros estados nordestinos, como Pernambuco, Sergipe, Bahia e Paraíba (ARAÚJO, 2018, p.29).

Em grande parte de toda a orla lagunar pode-se constatar esse fenômeno, cujo marco de expansão se dá com o aterro do mangue da laguna Mundaú na década de 1970. Ao todo, o governo municipal fez uma aterragem na beira da laguna atingindo uma área de 2,02 km² (equivalente a 202 ha). Desde aquela década até hoje, pode-se dizer que a Favela Sururu de Capote vivencia uma segregação espacial, que, segundo Villaça (2001, p.142), é caracterizada como sendo “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.

E é isso o que acontece na região da laguna Mundaú, onde inúmeros barracos são levantados e distribuídos nas favelas existentes. E, segundo Wagner Simas (imagem 1), diretor de regularização fundiária da Secretaria de Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA), ainda não existe até o momento computado um número exato de famílias que habitam na extensão que compreende o bairro do Trapiche até à Levada.

Imagem 1 – Wagner Simas, diretor de Habitação



Fonte: Jackson Pinheiro (Fevereiro de 2022)

O que se encontra computado são mais de 3.000 famílias que compõem as quatro maiores comunidades – Muvuca, Peixe (antiga Torre), Sururu de Capote e Mundaú –, ficando de fora aquelas que moram nas do Arroz, Malhação, Campinho e Favelinha. Sendo assim, a quantidade de famílias em toda a orla, segundo ele, pode até dobrar.

Na topografia, para que se pudesse trabalhar, toda a região lagunar foi dividida em áreas, como pode ser observado na figura 1 abaixo, com base no trabalho de Duarte (2010, p.37):

Figura 1 – Identificação das áreas aterradas



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Maceió, Mapa topográfico de 1960/
Base Cartográfica de Maceió – 2000,2009

A área “A” inicia-se por trás do antigo Papódromo; a “B” é caracterizada pela Favela Sururu de Capote; a “C” tem como marco a peixaria Laguna, a “D” é marcada pela intercessão da Avenida Senador Rui Palmeira com a Avenida Monte Castelo (onde se inicia o residencial Parque da Lagoa, a “E” tem um campo de futebol, e a “F” tem como referência uma barraca de venda do sururu. Todas essas áreas estão representadas no apêndice 2.

E é justamente na área correspondente ao bairro da Ponta Grossa⁴, cujo povoamento se deu por pessoas que migraram do Centro, que a Favela Sururu de Capote se estabeleceu.

⁴A expansão do bairro da Ponta Grossa iniciou-se antes mesmo da década de 1960.

2.1. Caracterização da Favela Sururu de Capote

A Favela Sururu de Capote está localizada no bairro da Ponta Grossa, à margem da laguna Mundaú, num trecho que corresponde a 700 metros de comprimento (cerca de 60.000 m²) de toda a extensão (cerca de 5 km) da Avenida Senador Rui Palmeira, que margeia, ainda, os bairros Trapiche da Barra, Vergel do Lago e Levada. Para compreender sua dinâmica sociopolítico-econômica, é importante entender como se deu o processo de acomodação local.

A ocupação da Favela Sururu de Capote foi acontecendo aos poucos e por diversas causas, como Araújo explica:

As causas dessa ocupação são diversas, porém, assim, as mais significativas são: a ocorrência da falta de alternativas de moradias populares para famílias de baixa renda, a deficiência do mercado de trabalho na absorção desse contingente de mão de obra e a busca por melhores condições de vida (ARAÚJO, 2018, p.27).

Historicamente, a Favela Sururu de Capote (imagem 2) é uma das mais conhecidas, e, devido ao seu crescimento constante, o agravamento dos problemas era acentuado, chegando ao ponto de ser citada como “favela-problema” pelas autoridades públicas.

Imagem 2 – Favela Sururu de Capote



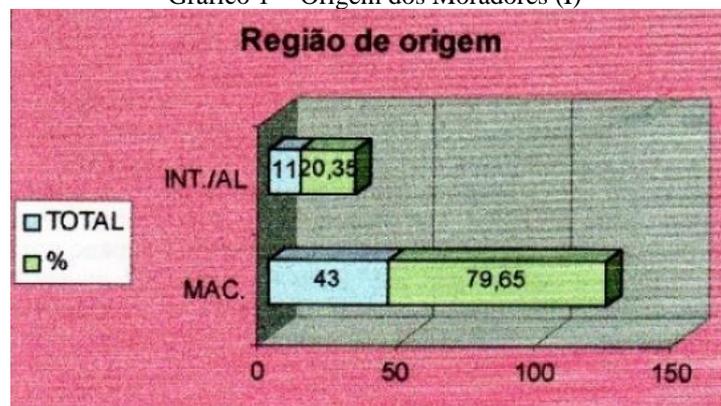
Fonte: Google Earth (2019)

Dados do trabalho acadêmico de Silvania Santos⁵ e Maria Alves, intitulado “Subsistência em Situação de Favelamento – Favela Sururu de Capote,” a favela já possuía, há 17 anos, 955 barracos. E, levando em consideração que em cada família existiam, em média, 3 pessoas, eram cerca de 3.000 moradores). Segundo Santos e Alves (2005, p.45), para Cleonilde Alves, ex-coordenadora da Secretaria de Habitação, esses “[...] moradores apenas moram, pois, apesar de todos os seus barracos possuírem energia elétrica clandestina, eles não têm saneamento básico”. Ou seja, as famílias da Sururu de Capote apenas se encontram como uma forma de sobreviver naquela localidade pelo fato de não se tratar de uma fixação oficial e legalizada, com infraestrutura adequada.

Ao longo dos anos, o número de famílias oscila bastante devido a muitos fatores. Um deles refere-se à transferência de muitas delas para outros conjuntos. E esse fenômeno pode ser melhor entendido nos números a seguir: em 2018, existiam cerca de 405 famílias, segundo dados da pesquisa de Araújo (2018, p.20), porém Wagner Simas afirma que, entre 2019 e 2020, a comunidade Sururu de Capote contava, em média, com 900 famílias, sendo que desse número apenas 35% vivem, ainda, da pesca do sururu.

Todavia, hoje, devido ao processo de restauração da orla com a edificação de edifícios, esse número está em torno de 100 famílias na Favela Sururu de Capote. E, com base nas pesquisas de Santos e Alves (gráfico 1), a sua população se caracterizava, já em 2005, por pessoas que (como já foi abordado anteriormente neste trabalho) se originaram de outros estados, do interior de Alagoas (minorias) e da própria capital (maioria), dados ratificados por Araújo (gráfico 2).

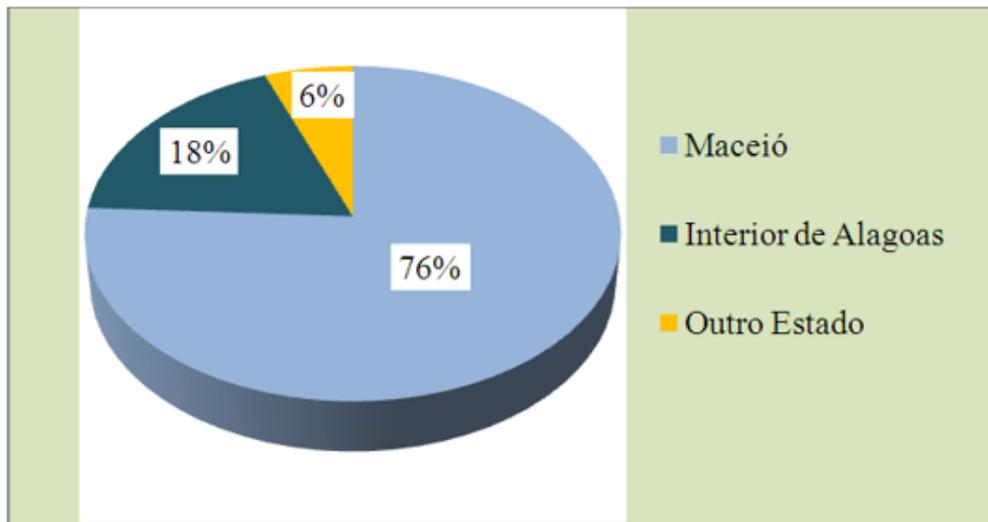
Gráfico 1 – Origem dos Moradores (I)



Fonte: Pesquisa direta, Santos e Alves (2005, p.56)

⁵Silvania da Silva Santos Pinheiro e Maria Tereza de Mendonça Alves são formadas em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) desde 2005. O trabalho acadêmico elaborado pelas sociólogas está centrado na forma de sobrevivência da comunidade da Favela Sururu de Capote.

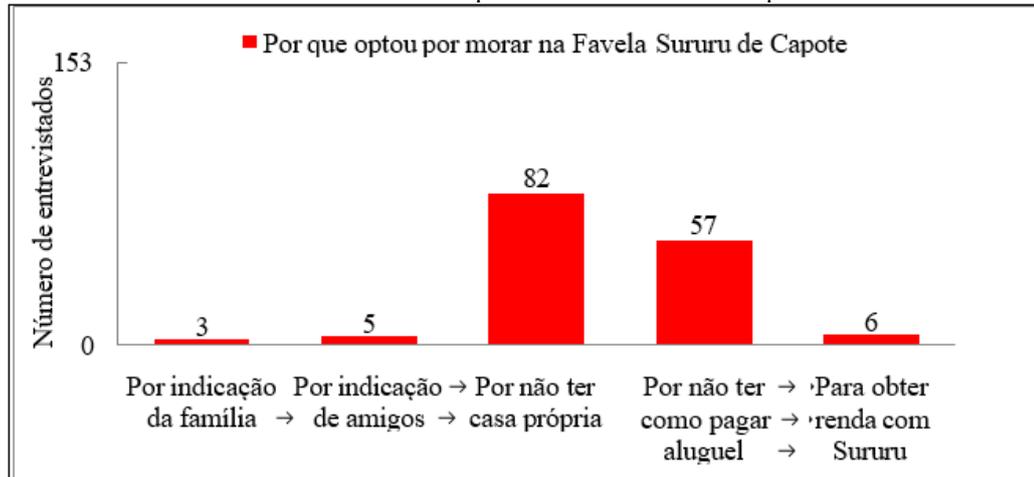
Gráfico 2 – Origem dos Moradores (II)



Fonte: Pesquisa direta, Araújo (2017, p.105)

Em se tratando da migração para a Favela Sururu de Capote em si, a pesquisa de Araújo aponta que 82% alegaram não possuir residência própria, enquanto 57% disseram não poder mais pagar aluguel (gráfico 3).

Gráfico 3 – Motivos que levaram à Sururu de Capote



Fonte: Pesquisa direta, Araújo (2017, p.106)

Araújo afirma, ainda em sua dissertação de mestrado, que:

[...] alguns moradores são oriundos do Centro-Sul do Brasil, de estados como Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como identificamos durante as entrevistas. Segundo os moradores, o principal motivo da vinda para Alagoas foi a busca de emprego e trabalho na capital alagoana. Muitos moradores migraram para Maceió, também, por terem vínculos familiares na cidade (ARAÚJO, 2018, p.29).

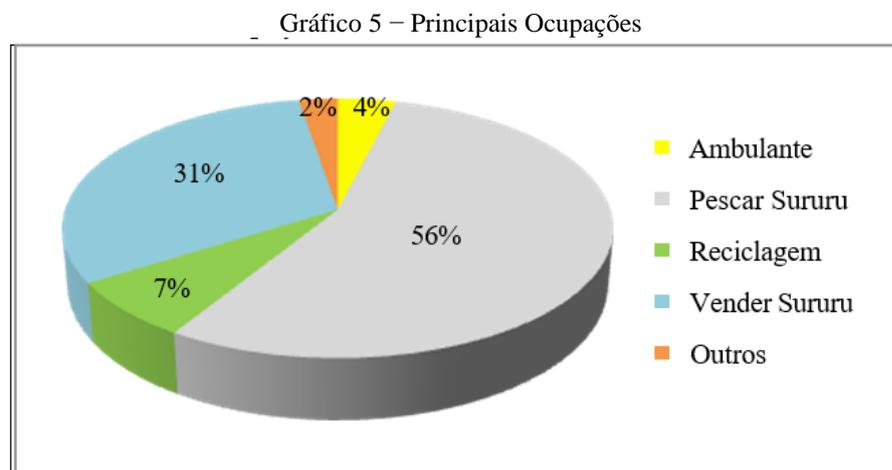
Em se tratando de moradia, na Sururu de Capote a maioria dos barracos foi construída com materiais de plásticos, lona, papelão, madeiras. Em 2005, como está retratado em números no gráfico 4, a predominância é daqueles feitos de madeira (87,04%).



Fonte: Pesquisa direta, Santos e Alves (2005, p.45)

2.2. Perfil da comunidade

Fazendo parte do circuito inferior, a comunidade da Favela Sururu de Capote é composta por pessoas de baixa renda, considerada abaixo da linha da pobreza, sendo adquirida por serviços prestados de péssima qualificação e de maneira informal: venda de marisco e peixes, transportes de carroças, trabalhos domésticos, serviços gerais, auxiliar de pedreiro, reciclagem, entre outros. No gráfico 5 podem-se ser vistas quatro das principais ocupações no ano de 2017, cuja predominância é da pesca (56%) e da venda do sururu (31%).



Fonte: Pesquisa direta, Araújo (2017, p.76)

Com base na pesquisa de Santos e Alves com relação ao vínculo empregatício dos moradores da Sururu de Capote, a minoria, em 2005, tinha carteira assinada (3,70%), enquanto que apenas 93,30% trabalhavam informalmente (gráfico 6).

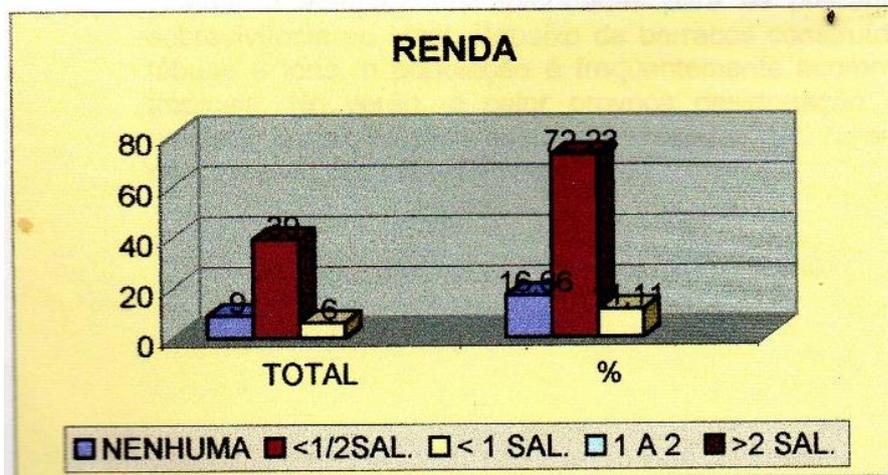
Gráfico 6 – Vínculo Empregatício (formal e informal)



Fonte: Pesquisa direta, Santos e Alves (2005, p.52)

O perfil da renda dos moradores da Favela Sururu de Capote aponta que a maioria, em 2005, ganhava menos de 1 salário-mínimo (gráfico 7), representando 72,23%, enquanto 16,66% não possuíam nenhum tipo de renda no momento.

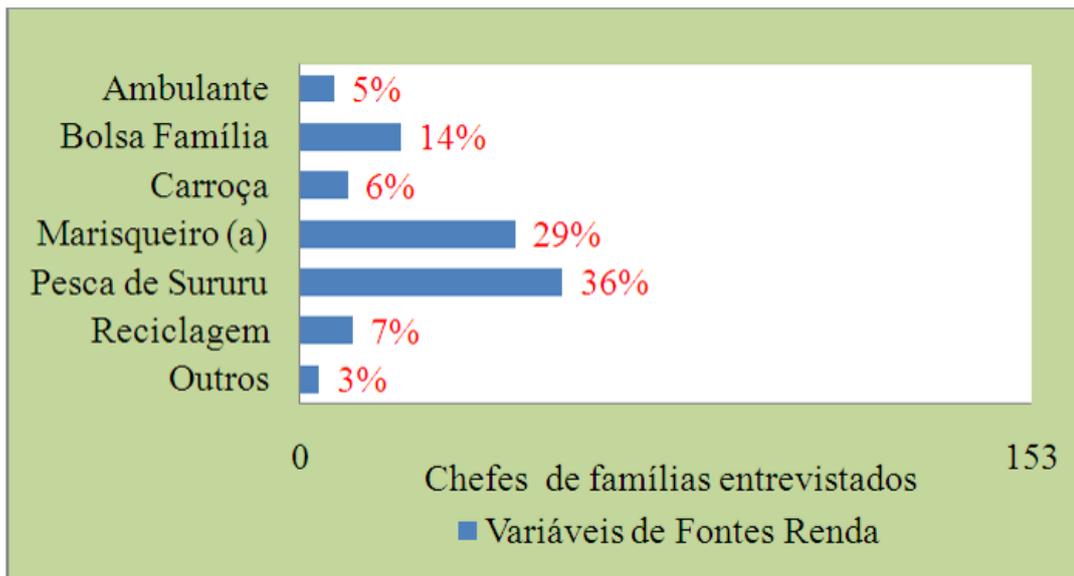
Gráfico 7 – Renda Familiar



Fonte: Pesquisa direta, Santos e Alves (2005, p.52)

Ainda em relação à renda, as famílias da Sururu de Capote, tomando como base o gráfico 8, a maior aquisição vem da pesca e do marisco, seguida do programa Bolsa-Família (14%), ou seja, 60 das 143 pessoas pesquisadas.

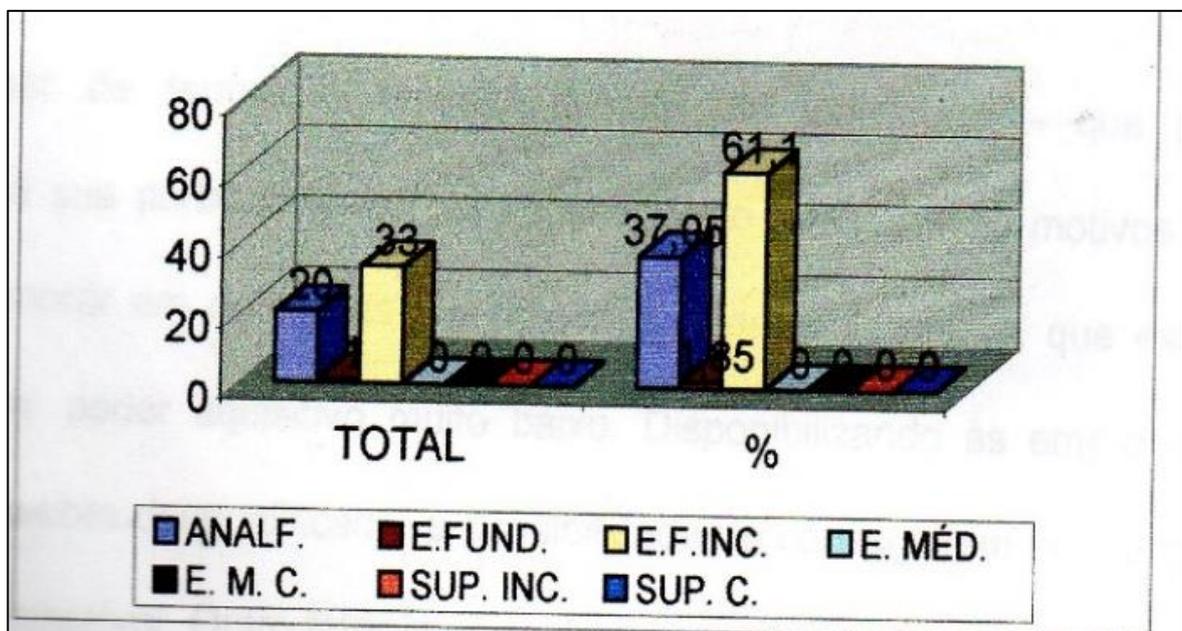
Gráfico 8 – Fontes de Renda



Fonte: Pesquisa direta, Araújo (2017, p.78)

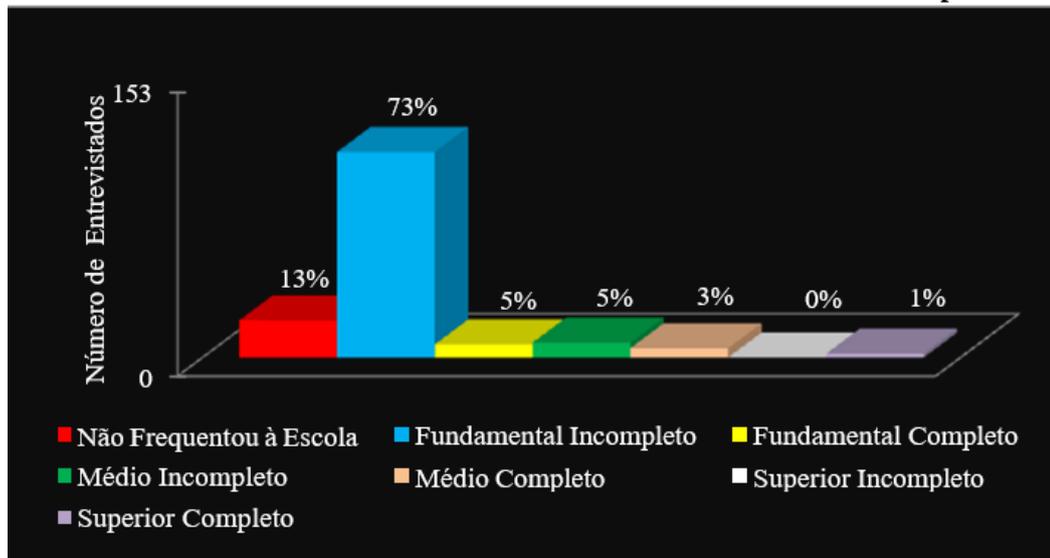
A maioria dos moradores apenas tem o Ensino Fundamental Incompleto. As pesquisas de Santos e Alves (2005) e Araújo (2018) mostram um alto índice nesse aspecto, registrando, respectivamente, 61,1% e 73% (gráficos 9 e 10). Assim segue a mesma lógica para os analfabetos: em 2005, o percentual era de 37,07%, enquanto os que nunca frequentaram uma escola correspondiam a 13%.

Gráfico 9 – Grau de Escolaridade (I)



Fonte: Pesquisa direta, Santos e Alves (2005, p.54)

Gráfico 10 – Grau de Escolaridade (II)



Fonte: Pesquisa direta, Araújo (2017, p.50)

Com relação à Saúde, os moradores da comunidade vivem uma situação difícil. E isso é devido à precária infraestrutura e saneamento básico. São doenças provocadas por micro-organismos oportunistas que se nutrem da sujeira. Na Sururu de Capote, não é incomum crianças sofrerem com a praga do “bicho-do-pé”, ocasionada pelo mau descarte das cascas do sururu, que atraem animais hospedeiros. O pico desse surto ocorreu em 2018.

Além desse problema, a população local sofre com doenças provocadas pela sujeira, descarte dos esgotos a céu aberto (são 13 em toda a extensão da laguna Mundaú, entre os bairros Bebedouro e Trapiche), fezes, urinas de animais, a exemplo de ratos e porcos, hospedeiros e transmissores da bactéria *leptospira*⁶. Os moradores também são acometidos por verminoses, cólera, desnutrição e salmonela. No caso da leptospirose, é muito comum os postos de saúde atenderem crianças e adultos com esse tipo de problema.

2.3. Reestruturação da área e relocação da comunidade

A orla lagunar está passando, recentemente, por um processo de reestruturação: retirada de vários barracos e consertos de canteiros. A intenção do governo municipal é resolver o problema de infraestrutura local: favelização, insalubridade, marginalidade, poluição, entre

⁶Bactéria causadora da doença leptospirose.

outros fatores. Com isso, a Favela Sururu de Capote (imagens 3 e 4) faz parte do rol daquelas que estão sendo extintas.

Imagem 3 – Área da favela antes da construção



Fonte: Google Earth (2019)

Imagem 4 – Área da favela durante a construção



Fonte: Jackson Pinheiro (Fevereiro de 2022)

Segundo o projeto da Secretaria de Habitação, na nova área (imagem 5) os moradores usufruirão de escola, quadra de esportes, praças, etc.

Imagem 5 – Projeção da nova área revitalizada



Fonte: SEMINFRA (Fevereiro de 2022)

O processo de relocação das famílias da comunidade já começou desde o início da revitalização da área, com limpeza e a construção do Residencial Parque da Lagoa (imagem 6), que beneficiará 1.776 famílias do complexo de favelas ribeirinhas.

Imagem 6 – Residencial Parque da Lagoa



Fonte: Jackson Pinheiro (Fevereiro de 2022)

No entanto, nem todos os moradores da orla lagunar serão locados no residencial. Ou seja, nos 89 prédios (construídos numa extensão de 1,5 km) só residirão as famílias que dependem da pesca local e que nunca tenham sido contempladas em algum programa habitacional do governo. E essa checagem está sendo feita pela Caixa Econômica Federal (CEF), cuja entrega de uma parte deles está prevista ainda para 2022.

Quanto aos demais, a Secretaria de Habitação locará em outros conjuntos, como o Freitas Neto e Carminha, bem como Dênisson Meneses, Aprígio Vilela, Vila dos Pescadores e Lenita Vileta.

3. PROCESSO DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SURURU

Como já foi falado anteriormente, a renda principal das famílias da Sururu de Capote é adquirida mediante a cata e a venda do molusco que dá o nome à favela.

Antes, porém, de caracterizar como se dá todo o processo de produção (desde a busca do sururu na laguna até chegar ao destino final, a exemplo dos restaurantes), é preciso saber o que vem a ser o sururu de capote.

3.1. Molusco sururu de capote

Cientificamente, o sururu de capote da laguna Mundaú é chamado de *Mytella falcata*. Porém, popularmente, trata-se de apenas sururu (nome popular derivado da língua tupi, significando “escorrido”), um molusco que se encontra envolvido por duas conchas (bivalve).

De acordo com a região, o molusco recebe vários nomes populares. Em Alagoas, além de ser chamado de sururu de capote, ele é conhecido por siriri, alastrim, bacucu, maria-preta, bico-de-ouro, marisco do mangue, mexilhão do mangue, sururu-da-vasa, sururu despincado, marisco-de-dedo, sururu de coroa, sururu de punho. Em outras regiões do Brasil, além de como é conhecido em Alagoas, chama-se marisco, marisco preto, marisco das pedras, sururu e ostra de pobre.

Assim como acontece com o seu nome, os pratos desse molusco são os mais variados: moqueca de sururu, sururu de capote, caldinho de sururu, arroz com sururu, sururuzada e sururu no coco.

A sua reprodução é comum na costa nordestina brasileira, a exemplo da região da laguna Mundaú, todavia pode ser encontrado em outras partes costeiras do País e outras regiões⁷ do Planeta.

⁷A distribuição geográfica da espécie se estende da Venezuela à Argentina, no oceano Atlântico, e do México ao Equador, no oceano Pacífico; na Região Sudeste dos Estados Unidos, em Jacksonville, condado de Duval, Flórida, em 1986, na praia de New Smyrna Beach, em um recife de ostras do condado de Volusia, nos condados de Flagler e St. Johns, ao norte; além dos condados Camden, Liberty e Bryan, na Geórgia. No Extremo Oriente asiático e Indo-Pacífico esta espécie fora encontrada em Singapura, Índia (em Querala), Filipinas (em Lução) e Taiwan, a partir do início do século XXI. [https:// pt.wikipedia.org/ wiki/ sururu](https://pt.wikipedia.org/wiki/sururu)

3.1.1. Sururu: um patrimônio imaterial

O Estado de Alagoas, como outras unidades federativas do Brasil, é detentor de um rico patrimônio imaterial, derivado de várias etnias, a exemplo de colonizadores europeus, negros africanos e os próprios povos indígenas nativos.

E, dentro desse leque cultural, se destacam: o folclore com suas manifestações artísticas (pastoril, guerreiro, reisados, etc.), cantos e danças (quadrilha, coco de roda, banda de pífanos); além de abrigar diversos museus, igrejas e entidades culturais. No entanto, além desses patrimônios culturais, o sururu foi reconhecido oficialmente pelo Conselho Estadual de Cultura, no dia 11 de dezembro de 2014, como um patrimônio imaterial.

Com isso, a culinária de Maceió faz uso desse molusco em seus pratos, sendo comercializado e, conseqüentemente, consumido pelos turistas e nativos. E é justamente por isso que suas particularidades biológicas e culinárias, sistematizadas em imaginários, estão culturalmente associadas ao pertencimento alagoano.

Em seus ensaios “Imaginário Sururu: um patrimônio a contrapelo”, Edson de Gouveia Bezerra⁸ e Ernani Viana da Silva Neto⁹ afirmam:

Falar em imaginários significa avançar e tornar ainda mais complexa a questão. Para abordar o conceito de imaginário, partimos de Lacan (1996), que descreve a estrutura psíquica do sujeito a partir do Real, do Simbólico e do Imaginário. Para o psicanalista, o Real pode ser entendido como o que não foi ou não pode ser nominado, o que ainda foge à significação, pois precede a linguagem. A partir da linguagem, nas imbricações do falar e do pensar, alcança-se o simbólico que permite furar o imaginário e recolher algo do Real para ser representado. Essas novas representações simbólicas, ao fazerem sentido, tendem a se fixar e a se cristalizar. Ao se cristalizarem se oferecem como objeto de identificação e fazem retorno ao Imaginário. Pode-se pensar o Imaginário enquanto um conjunto de identificações articuladas pelo sujeito, por onde ele se define e se posiciona na estrutura social (BEZERRA e NETO, 2014, p.98).

É enquanto uma culinária tipicamente alagoana que o sururu tem afetado o imaginário local ao longo das décadas, espalhando seus rastros na memória coletiva.

⁸Edson de Gouveia Bezerra é doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Antropologia (UFPE), graduado em Ciências Sociais (UFPE) e professor da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal).

⁹Ernani Viana da Silva Neto é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade de Caxias do Sul, graduado em Turismo pelo Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e produtor Cultural.

Na realidade, em se tratando do sururu como patrimônio imaterial, muitos ilustres alagoanos o endossam como tal, como é o caso de Jorge de Lima, que, na década de 1930, já citava em seus escritos o molusco alagoano:

[...] Dobrando o beco da Croa grande, parou sem querer na beirada da lagoa e ficou um bocado espiando a pesca do Sururu. Raça de antepassados comedores de mariscos. Uns meio vestidos, outros nuzinhos em pêlo, atolados até na água lamosa apanhavam da lama o Sururu que há séculos seculorum alimentou os indígenas que comeram o bispo Sardinha. Algumas cafuzas novas com os peitinhos pontudos, roçando a gosma da água, cortaram a emoção de Lula. Iam entrando cada vez mais na lama prolífica e matadora. Agora a lama deveria estar abarcando os sexos. Como apalpando. As cafuzinhas entravam voluptuosas mais purificadas no trabalho íntimo. Garotinhos moldavam em massapê calungas molengos (BEZERRA e NETO, 2014, p.106).

Também enaltecem esse patrimônio imaginário outras figuras ou grupos alagoanos renomados: Dirceu Lindoso, grupo Poeira Nordestina, Altair Pereira, além de Basílio Sé, que traça em seus versos:

Alagoano com cara, de cara, cara/ Com cara, de cara, cara de Sururu/ É um imenso sarado alagoano/ Com cara de Sururu/ Enverga, mas não quebra/ Alagoano/ Com cara de Sururu/ Sai às ruas rimando [...] (BEZERRA e NETO, 2014, p.107).

Outra figura ilustre alagoana, Djavan divulgou, em 1980, a música Sururu de Capote, cujos versos dizem:

Eh sarará é sucuri / Eh sarará de prajati/ Eis o siri-de-coral/ Sururu na casca é capote /No nordeste tem Santo Antônio, São Benedito / Tem matrimônio de corpo invicto/ Quatro pimentas um prato feito / Um tapa na venta pra quem não comer direito [...] (BEZERRA e NETO, 2014, p.107).

3.2. Processo da cadeia produtiva do molusco

O processo da cadeia produtiva do sururu de capote no Estado de Alagoas, desde os primórdios, praticamente se concentra na laguna Mundaú, com a participação das famílias locais, que se apresentam como um dos agentes produtivos. E, segundo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IBDS), mais de 20,8 toneladas do molusco são retiradas diariamente pelos pescadores.



3.2.1. Etapas da cadeia produtiva do molusco

Todo tipo de cadeia produtiva requer etapas predefinidas para que tudo ocorra de maneira correta, de forma que, no final, o trabalho venha a atender às expectativas dos agentes envolvidos.

Da mesma maneira acontece com a produção do sururu de capote. E as etapas que os agentes produtivos são obrigados a cumprir são: coleta do molusco na laguna, produção (tratamento do sururu), distribuição/comercialização e destino final. Trata-se de uma cadeia produtiva artesanal (circuito inferior), porém não ficando atrás do processo produtivo industrial (circuito superior), pois ambos obedecem à lógica do processo de organização de produção. A diferença é que o circuito superior leva vantagem sobre o inferior por utilizar uma tecnologia moderna, ou maquinários pesados, facilitando o trabalho.

➤ Coleta na laguna

Assim como em toda modalidade de serviço, a coleta do sururu de capote exige força, determinação, disciplina, dedicação e esperança por parte dos pescadores, muitos deles esposos de marisqueiras, que, mais tarde, também darão sua participação no processo produtivo.

O horário para começar a cata do sururu varia de pescadores para pescadores. Uns vão para a laguna por volta das 22h, entrando a madrugada adentro do outro dia, retornando com a canoa repleta do molusco entre 4h e 5h. Esses tipos de pescadores são aqueles considerados profissionais. Mas outra turma sai de casa na madrugada mesmo, por volta das 3h. É o caso de Baiano (49 anos) e Sílvio (22), sogro e genro, respectivamente, cujas suas práticas de pesca do molusco serão tratadas mais adiante.

Sendo às 22h ou às 3h, o certo é que a pesca do sururu acontece antes mesmo do sol nascer. É nesses horários que todo o processo da manipulação do sururu de capote se inicia: da coleta na laguna Mundaú até é chegar à mesa dos consumidores. Para isso, os coletores do molusco se esforçam o máximo para que tudo ocorra de forma positiva.

Repetidamente, nessa cadeia produtiva, entre os horários anteriormente mencionados, cerca de 100 pescadores já estão a postos, distribuídos em vários pontos da laguna Mundaú. Trata-se, na maioria das vezes, de chefes de família que, utilizando-se da sua ferramenta de trabalho (os braços), se veem na obrigação de converter a mão de obra em sustento familiar.



Obedecendo e respeitando cada área definida, os pescadores trabalham incansavelmente na aquisição do molusco, que se dá como vai ser explicado nos parágrafos a seguir.

Em cada barco trabalham, no mínimo, duas pessoas, a exemplo de Baiano e Sílvia, (imagem 7). A primeira tarefa a ser realizada é localizar a concentração do sururu, que é feita, a princípio, com o remo.

Imagem 7 – Pescadores em busca do molusco



Fonte: RecordTV (Janeiro de/2021)

Os pescadores mergulham numa profundidade, em média, de 2 m (a área mais profunda é explorada pelos mais experientes, cerca de uns 10 m) e, utilizando luvas (cirúrgicas, de borracha ou pano), vão passando as mãos no fundo da laguna, onde o sururu é encontrado em forma de cordão envolto de lama. Em seguida, esse amontoado de cordões lamacentos (imagem 8) que estão ligados ao molusco são depositados na embarcação.

Imagem 8 – Cordões de sururu



Fonte: RecordTV (Janeiro de/2021)

Esse trabalho insalubre de coleta do sururu não para, sendo realizado, ultimamente, de terça a sexta-feira. Vestidos com calças justas para proteger as pernas, os pescadores mergulham, mediante um ciclo contínuo, em águas turvas (que, inclusive, dificultam a visibilidade), até atingir o peso máximo que o barco pode suportar (imagem 9).

Imagem 9 – Barco no limite de peso



Fonte: RecordTV (Janeiro de/2021)

No geral, cada embarcação costuma retirar da laguna, diariamente, cerca de 32 latas do molusco, caindo esse número pela metade no inverno, quando chove bastante e a laguna recebe sujeira e barro, que se “concentra” no fundo (alterando o nível de oxigenação). Essa média se dá pelo fato de cada barco suportar certo limite de carga: uns conseguem transportar apenas 10 latas; outros, 70. Os que conseguem trazer maior quantidade encerram a coleta pela manhã mesmo. Já os outros fazem o processo mais vezes ao dia, indo até a tarde.

Cada lata corresponde, em média, a 15 kg (imagem 10) em material bruto, conseguindo render 2 kg do molusco já ensacado (dependendo do tamanho e da engorda, que está diretamente associada ao período de chuva, salinidade da água, poluição, entre outros fatores do ecossistema).

Imagem 10 – Lata de sururu bruto



Fonte: RecordTV (Janeiro de/2021)

Como se trata de um trabalho cansativo, muitos pescadores só o realizam por necessidade, e não por prazer. É o caso de Sílvio, que reclama:

Quando chega de noite, a pessoa parece que trabalhou a semana toda. Só um dia. Fico cansado e enfadado. Por isso, trabalho apenas 2 ou 3 vezes' por semana, Trabalha muito e recebe pouco. Um dia inteiro trabalhado, eu consigo tirar apenas de R\$ 40 a R\$ 50 (RECORDTV, 2021).

Ele garante que esse dinheiro só dá para comprar, além do leite e frauda do filho, a alimentação básica. Ele se queixa de não conseguir realizar seu sonho: comprar um eletrodoméstico bom.

➤ Produção

O processo de produção do sururu de capote começa, propriamente dito, já a partir das lavagens preliminares ainda na laguna: durante a cata e antes da vendagem das latas. Existe uma terceira, mas essa é feita após o cozimento, como pode ser visto mais à frente. Uma vez de posse das latas, seguem-se às etapas seguintes: despinico, cozimento, peneiração, separação e ensacamento. E é importante salientar que, como a aquisição de renda no trabalho de produção é ínfima, muitas pessoas costumam (para aumentar o capital), além de pescar o molusco, participar de mais de uma dessas etapas da produção. Esse é o caso da marisqueira Eleusa Herculano Dias, como pode ser observado no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Eleusa Herculano: múltiplas funções



Fonte: Adaptado de RecordTV (Janeiro de/2021)

- Lavagem

O processo de lavagem acontece em duas etapas. A primeira se dá ainda no local da pesca, onde se separa, o máximo possível, o molusco da lama encrostada nele, um trabalho que é chamado por eles de “quebra do sururu”. E isso é feito usando as mãos ou pés (imagem 11). Ao chegar às margens da laguna, os pescadores fazem a segunda lavagem do sururu de capote. Agora, por cerca de mais duas horas, eles fazem isso fora do barco, no raso, recorrendo a grades de acrílico vazadas, antes de comercializar o produto.

Imagem 11 – Lavagens no meio da lagoa e no raso



Fontes: RecordTV (Janeiro de/2021); <https://www.gazetaweb.com>

Por volta das 5h, os interessados (imagem 12) em comprar as latas do sururu de capote já começam a se concentrar na beira da laguna, e essa concentração costuma ir até às 9h. A maioria dos barcos costuma carregar, em cada dia trabalhado, cerca de 500 kg do molusco com a casca e lama. E isso, no final, representa muito pouco em se tratando de lucro, pois cada lata é vendida entre R\$ 4,00 e R\$ 5,00.

Imagem 12 – Ao atracar, venda se inicia



Fonte: RecordTV (Janeiro de/2021)

A venda dessas latas é feita, comumente, a atravessadores (pessoas que revendem o molusco a preços “superfaturados”). Inclusive, muitos desses atravessadores, a exemplo de Jaqueline Maria (imagem 13, de rosa, à direita), moram próximo à região lagunar ou em frente ao local onde os barcos aportam, ou seja, do outro lado da Avenida Senador Rui Palmeira, onde eles são proprietários de estabelecimentos comerciais para a revenda em atacado ou varejo do molusco.

Imagem 13 – Atravessadora



Fonte: Jackson Pinheiro (2022)

Os perfis dos atravessadores variam: existem aqueles que apenas repassam em pequenas quantidades e os que, de posse do sururu fresquinho, disponibilizam o molusco às pessoas por eles contratadas para dar continuidade ao processo. Na verdade, trata-se de uma linha de produção na qual são geradas várias frentes de trabalho de acordo com funções específicas. E isso acontece desde a origem do produto (laguna Mundaú) até o destino final (mesas do consumidor). Nessa linha de produção estão os que pescam, despinicam, cozem, peneiram, limpam, ensacam e vendem.

- Despinico

As pessoas encarregadas de despinicar, ou seja, separar o sururu do cordão que o prende à lama, exercem uma tarefa repetitiva e cansativa, inclusive causadora de lesões nos tendões (tendinites) e bursas (bursites).

A cada pessoa que despinica (geralmente mulheres, uma classe que menos recebe), o atravessador paga entre R\$ 2,50 e R\$ 5,00. Nos estabelecimentos dos atravessadores como a Jaqueline existem os contratados fixos que ganham de acordo com a produção.

Ainda existem aqueles que fazem isso sem uma “organização empresarial”, realizando a tarefa para consumo próprio ou para terceirizar a mão de obra indiretamente aos atravessadores, costumando trabalhar em grupo familiar, uma prática que vai passando de geração a geração. Esse é o caso de Eleonora Herculano¹⁰ (imagem 14), irmã de Eleusa, que também, desde os 9 anos de idade (quando se mudou para a favela), ajudava seu pai, então pescador de marisco.

Imagem 14 – Despinico é cansativo



RecordTV, Janeiro de 2021

¹⁰Eleonora, para dar conta do trabalho, costuma acordar, de segunda a sexta ou sábado, por volta das 4h e dormir entre 22h e 23h.

No dia, uma família chega a despincar 12 latas de sururu. Para isso são gastas de 12 a 15 horas de trabalho. Ao final do mês, o despincador ou despincadeira chega a faturar R\$ 300,00, o equivalente a R\$ 1,55 por cada lata despincada. E, uma vez lavado e despincado, o sururu de capote é levado ao fogo para iniciar o cozimento.

- Cozimento

A prática de cozimento do sururu de capote é interessante de ser observada. Fazendo uma analogia ao período da Revolução Industrial, que se iniciou na metade do século XVIII, na Inglaterra, nas inúmeras barracas enfileiradas à margem da Avenida Senador Rui Palmeira (imagem 15) pode-se ver várias latas sendo colocadas sobre estacas de madeiras acesas (ou outros materiais que servem de lenhas).

Em cada barraca são colocadas sobre o fogo entre 2 e 8 latas contendo o molusco. Costuma-se iniciar o cozimento a partir das 13h, quando se pode ver muita fumaça expelida no ar por causa da queima do carvão. O cozimento de cada lata leva, em média, 2 minutos, quando o líquido proveniente do próprio sururu transborda, dando sinal de que os capotes estão já abertos. Na realidade, não se cozinha uma lata cheia, apenas a metade dela. E é comum ainda ver esse processo ser feito, de forma isolada, em toda a extensão da laguna: em campo aberto, em barracos ou quintais.

Imagem 15 – Cozimento às margens da avenida (às 16h45)



Fonte: Jackson Pinheiro, Fevereiro de 2022

- Peneiração e limpeza

Depois de o sururu ter sido cozido, dá-se o processo de peneiração (imagem 16), uma tarefa pesada realizada pela maioria dos homens, pois exige força braçal. Nessa etapa, os capotes do molusco são separados. Depois é feita uma limpeza, antes de realizar o ensacamento de forma artesanal.

Imagem 16 – Peneiração e limpeza



Fonte: Jackson Pinheiro, Fevereiro de 2019

- Ensacamento

O ensacamento é, geralmente, feito por quem faz a limpeza. Também é comum encontrar crianças participando do processo da cadeia produtiva. Cada saquinho (imagem 17) corresponde a 1 kg. Na fase de ensacamento, leva-se em consideração o estado do molusco, que implica no preço de revenda: quanto mais limpo, mais caro. Todavia é comum encontrar saquinhos reservados para a confecção dos caldinhos do sururu (que não se apresenta totalmente limpo de seu capote) custando R\$ 2,50. Por sinal, o nome sururu de capote faz menção ao tipo de prato.

Imagem 17 – Ensacamento



Fonte: RecordTV, Janeiro de 2021

➤ Distribuição e comercialização do molusco

Uma vez ensacado, o processo de distribuição do produto final (ensacado e “limpo”) começa em vários pontos da Avenida Rui Palmeira mesmo, “fresquinho”. No local, é comum pessoas (imagem 18) serem vistas comprando o molusco. Sem a ação dos atravessadores, o quilo custa, em média, R\$ 15,00. No entanto, existem alguns vendedores que optam comercializar por um valor maior.

Imagem 18 – Venda à beira da avenida



Fonte: Jackson Pinheiro, Fevereiro de 2019

Já nos estabelecimentos dos atravessadores, o molusco é conservado em freezer. Nesse caso, o sururu de capote é vendido até mesmo para outro Estado, a exemplo de Pernambuco, Sergipe e Bahia. A proprietária e atravessadora Jaqueline tanto comercializa o sururu à margem da Avenida Senador Rui Palmeira, em frente aos novos prédios, nas imediações da Favela Mundaú (entre R\$ 20,00 e R\$ 28,00), quanto no Mercado da Produção (imagem 19), onde só é vendido a atacado, principalmente a clientes “certos”, cujo valor de cada quilo oscila entre R\$ 15,00 e R\$ 17,00.

Imagem 19 – Mercado da Produção



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=cffvASRR0iQ>

A comerciante Jaqueline representa aquele microempresário que, mesmo de maneira informal, faz a economia local funcionar. Ao todo, contando com ela, são 8 pessoas fazendo parte do processo de produção direta do molusco, ocupando, de acordo com suas habilidades, os cargos de pescador (2), despincador (4, incluindo a filha) e cozinheiro (1). Alguns desses ajudantes fazendo outras funções paralelas: o pescador também faz as primeiras lavagens no local e o transporte do molusco até o estabelecimento; as despincadeiras fazem a outra limpeza e o ensacamento; e o cozinheiro peneira o sururu, separando o molusco do capote.

Como se trata de um trabalho remunerado informal, sem carteira assinada, a forma de pagamento não obedece ao pagamento do salário-mínimo. Com exceção da despincadeira, que ganha R\$ 30,00 por dia, os funcionários recebem por produção: o pescador ganha R\$ 12,00 por cada lata; o cozinheiro ganha R\$ 2,00 por cada lata cozida.

Segundo ela, em média, o seu estabelecimento chega a cozinhar entre 45 e 50 latas por dia, rendendo a ela, respectivamente, entre 90 kg e 100 kg do molusco limpo e ensacado. Por semana (quatro dias úteis), esse número sobe para 360 kg ou 400 kg. Então pode-se afirmar que são produzidos por mês entre 1.440 kg e 1.600 kg. Levando em consideração o quilo do sururu sendo vendido, em média, por R\$ 25,00, Jaqueline consegue apurar R\$ 40.000,00 por mês em alta temporada.

Maria Cláudia Mello Falcão, coordenadora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de combate ao trabalho escravo, diz que, nesse processo de distribuição e comercialização, existe segmento que está levando mais vantagem que o outro, a exemplo dos atravessadores.

“Tem alguém que está lucrando mais. Um lucro que deveria ser compartilhado igualmente ao longo dessa cadeia produtiva, até mesmo para investir em equipamentos de proteção individual, para garantir uma condição digna de trabalho para os que estão na ponta.” (RECORDTV, Janeiro de 2021)

➤ Destino final

O destino final do molusco em toda essa cadeia produtiva é a mesa do consumidor, tanto local ou fora do Estado. E um desse destino são os restaurantes, a exemplo do Restaurante Pescador-Mor, no Pontal da Barra, Alagoas), onde o turista ou nativo, para saborear a Moqueca do Sururu (imagem 20) terá que desembolsar pelo prato a quantia de R\$ 40,00 (porção para duas pessoas). Assim como o valor da moqueca do sururu, outros pratos podem ser encontrados nos mais variados custos, inclusive até por R\$ 80,00.

Imagem 20 – Moqueca do sururu



Fonte: <https://portokaete.com.br/2021/03/22/pratos-com-sururu/>

3.3. Impactos positivos ou negativos

Considerando o princípio da Física de que toda ação gera uma reação, é importante salientar que existem os pontos positivos e negativos no processo de produção e comercialização do sururu de capote. E esses impactos se dão nas áreas da Saúde, ambiental e socioeconômica.

➤ Na área da Saúde

Com relação à Saúde, o processo de produção do sururu de capote desencadeou nos que trabalham na cadeia produtiva uma série de doenças. As especialidades mais afetadas foram a ortopédica (dedo em gatilho, lesões nos membros superiores e inferiores, além de dores nas costas, hérnias discais devido à postura errada e ao excesso de peso), oftalmológica (devido à fumaça, irritação nos olhos e conjuntivite) e pulmonar (tosse, alergia, rinite, asma e, no grau mais elevado, câncer). Há relatos de casos de problemas nos pescadores que praticam o mergulho em apneia (sem equipamentos de mergulho adequado), resultando até em mortes.

Segundo dados levantados por Yana Santana, em seu trabalho de pesquisa realizado em 2020 com 80 mulheres na Favela Sururu de Capote, entre 21 e 67 anos, a maioria delas (70%) disse que, infelizmente, não acessou nem acessa nenhum tipo de benefício pelo fato de não ter vínculo de contribuição com a colônia dos pescadores nem tampouco realizar o pagamento de forma autônoma ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

➤ Ambiental

Pode-se dizer que o impacto ambiental provocado diretamente com a exploração do sururu é porque os pescadores do molusco não respeitam a época do defeso¹¹.

¹¹O defeso é assegurado na faixa costeira que vai do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. De acordo com a Lei 9.605, a multa para quem for flagrado catando sururu nesse período varia de R\$ 700,00 a R\$ 100.000,00.

Tomando como base uma pesquisa (quadro 3) realizadas no CELMM¹² por alunos¹³ da Ufal (I) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSC - II) em 2019, para saber como se encontra o nível de contaminação, a laguna Mundaú se apresenta com o nível de dureza bastante expressivo, ultrapassando o limite tolerável, bem como quanto ao Íons Cloreto e Carbono Orgânico Total (COT).

Já em se tratando do nível de pH da água, ambas as lagunas se encontram dentro do índice tolerável (entre 6,50 e 8,50), como pode ser observado no quadro 3. Também foram registrados índices altos de coliformes fecais e presença de salmonela, além de chumbo, alumínio, mercúrio, elementos pesados que são jogados via esgoto.

Quadro 3 – Nível de contaminação

Caracterização físico-química das amostras de água do complexo laguna Mundaú- Manguaba				
Amostra	Ph	Dureza (mg L⁻¹)	Cloreto (mg L⁻¹)	COT (mg L⁻¹)
Laguna Mundaú	8,00±0,03	2033±3	1389±5	15,00±0,30
Laguna Manguaba	7,19±0,02	372±2	7418±8	1,00±0,20

Fonte: http://quimicanova.s bq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=9369

➤ Socioeconômica

Diferentemente dos impactos negativos na área da Saúde e ambiental, a área socioeconômica apresentou-se positiva com a cadeia produtiva do sururu. Com a prática, frentes de empregos foram abertas. Uma iniciativa que deu certo foi o projeto Maceió Mais Inclusiva Através da Economia Circular, que convidou o Instituto A Gente Transforma, criado por

¹²O Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), com uma área total de 7.844 km², é um dos ambientes mais representativos do litoral alagoano e apresenta um valor socioeconômico significativo para o estado de Alagoas, sendo considerado um dos mais importantes ecossistemas do Brasil.

¹³Alinne Diana Pinho Wanderley^I; Andre Gustavo Ribeiro Mendonça^I; Luciana Camargo de Oliveira^{II}; Isis Martins Figueiredo^I; Andrea Pires Fernandes^I; Luan Tavares Batalha^I; Wander Gustavo Boter.

Rosenbaum, a encontrar um meio viável para o reaproveitamento da pesca do sururu, a exemplo da confecção de cobogós (imagem 21).

A iniciativa surgiu em 2019 a partir de um convite do projeto Maceió Mais Inclusiva Através da Economia Circular, iniciativa do BID LAB (Laboratório de Inovação do Grupo BID), junto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Prefeitura de Maceió e uma rede de iniciativas parceiras, cujo objetivo é transformar o subproduto da pesca do molusco numa nova fonte de renda e modelo econômico para o desenvolvimento social das comunidades em torno da laguna.

Outro exemplo de iniciativa social que deu certo foi a realizada pela empresa Aky Estofados Customizados, que fabrica poltrona e outros objetos utilizando as cascas do sururu. Inclusive, há dois anos, ela resolveu capacitar marisqueiras para o mercado de trabalho. Dependendo do tamanho e tipo, uma peça chega a custar uns R\$ 300,00.

Imagem 21 – Cobogós e estofados



Fonte: Internet, 2020

Com base em estudos realizados, há inúmeras possibilidades para o uso do componente principal que compõe a concha do sururu. Da casca do sururu, cujo carbonato de cálcio (CaCO_3) predomina, muitos produtos podem ser feitos: talcos, cimento, blocos de cerâmica, blocos e pavimentações na construção civil, adubos, concreto, rações, tijolos. O uso dessa matéria-prima é considerado uma forma sustentável que auxilia na redução e reaproveitamento do lixo gerado nas cidades. De forma positiva, o processo de produção, distribuição e comercialização gerou muitos empregos informais, ajudando, dessa forma, as famílias ribeirinhas.

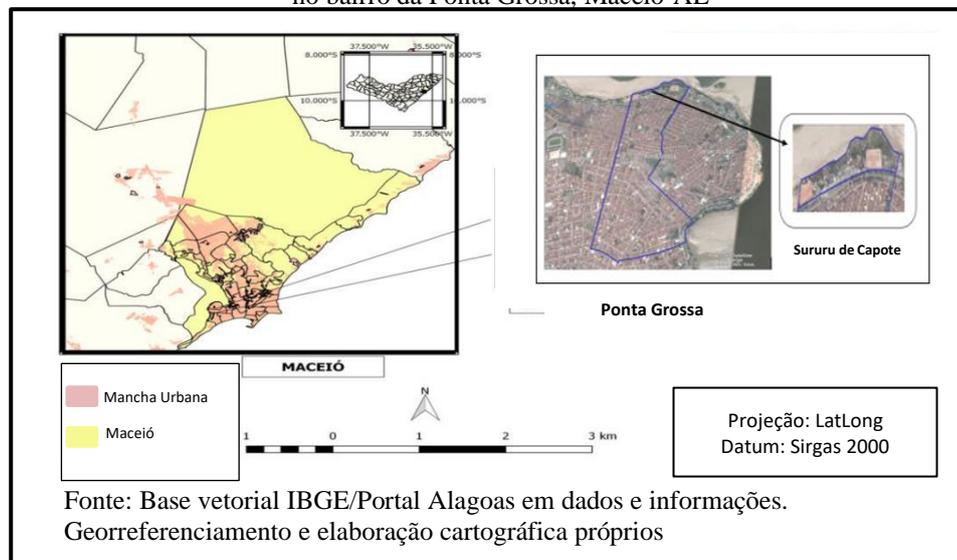
4. METODOLOGIA

A metodologia aplicada nessa pesquisa foi composta de consulta bibliográfica e pesquisa de campo (fotografias, entrevistas com moradores e gestores), contatos com órgãos públicos e privados (contatos com gestores públicos e donos de estabelecimentos). O livro que serviu de base científica foi o “Espaço Dividido”, do geógrafo Milton Santos. Todo o trabalho foi realizado e construído em conformidade com as normas da ABNT.

4.1. Área de estudo

A área de estudo (cujo recorte-temporal se refere ao período entre 2018 e 2022) se restringe à favela Sururu de Capote (figura 2), servindo de referência com relação às demais existentes na região. Uma área equivalente a 60.000 m², sob as coordenadas 9°39'11.21"S e 5°45'49.10"O, no bairro da Ponta Grossa. Trata-se de uma região insalubre, aterrada entre as décadas de 1980 e 1990, encontrando-se separada do Conjunto Joaquim Leão por um canteiro “residencial” (também clandestino) e, principalmente, pela Avenida Senador Rui Palmeira, estando ladeada por mais outras duas favelas na extensão lagunar (Peixe, sentido Trapiche, e Mundaú, em direção ao Vergel).

Figura 2 – Mapa de localização da Favela Sururu de Capote no bairro da Ponta Grossa, Maceió-AL



Fonte: Adaptada de Araújo (2017, p.24)

4.2. Procedimentos metodológicos

A princípio, foi feito um levantamento teórico do tema. Nesse momento de triagem, foram selecionados, além do livro de Milton Santos (Espaço Divido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos), alguns trabalhos acadêmicos relevantes por tratarem de assuntos específicos ao tema, a exemplo do Subsistência em Situação de Favelamento – Favela Sururu de Capote, realizado em 2005 pelas alunas do curso de Ciências Sociais Sylvania Santos e Maria Alves, e A Dinâmica da Ocupação na Favela Sururu de Capote: Segregação Socioespacial e Exclusão Social, feito pela mestra Andrea Araújo em 1018.

De início, as consultas de dados oficiais para embasamento técnico foram feitas nos próprios órgãos, a exemplo do Instituto do Meio Ambiente (IMA), SEMINFRA e Prefeitura de Maceió. Mas, como o trabalho de pesquisa coincidiu com o período pandêmico, a coleta passou, em seguida, a ser de forma remota (principalmente no pico pandêmico da Covid-19), bem como os contatos com o orientador.

A pesquisa de campo foi feita junto à comunidade da Favela Sururu de Capote no tocante à sua participação da mão de obra; com profissionais que distribuem e comercializam os produtos, a exemplo de atravessadores; e consumidores finais.

As imagens utilizadas, assim como gráficos, foram de autoria do próprio autor e de outras literaturas científicas, de reportagens oficiais da RecordTV, que subsidiou este trabalho com uma reportagem feita em 2019 com a comunidade local, explicando toda a dinâmica da produção do sururu, e da plataforma Google Earth.

À proporção em que a pesquisa foi avançando, foi feito um estudo sobre os possíveis impactos positivos ou negativos: saúde, ambiente e socioeconômico. Como a pesquisa, coincidentemente, culminou com a transição de reestruturação da orla lagunar, foi relatado como se deu a modificação da paisagem local, assim como mostrou quais critérios exigidos para que fosse oficializada a relocação das famílias ribeirinhas, principalmente das que estão inseridas na comunidade Sururu de Capote. A coleta das informações foi obtida por meio de pesquisas efetuadas por teóricos mencionados nas referências bibliográficas, a exemplo de trabalho feito por alunos da Ufal no ano de 2020. Por fim, foi feita a elaboração do TCC.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho de pesquisa sobre todo o processo de produção, distribuição e comercialização do sururu, realizado junto às comunidades ribeirinhas da laguna Mundaú, principalmente na área correspondente à Favela Sururu de Capote, pôde identificar quais os agentes sociais envolvidos nessa dinâmica da cadeia produtiva e suas peculiaridades. Nessa dinâmica econômica, pôde ser visto o papel do Estado, bem como de setores privados e da comunidade local.

A pesquisa constatou que naquela região ribeirinha a dinâmica do capitalismo apontado por Milton Santos não mudou: o Estado apresenta-se como agente social que, em detrimento do circuito inferior, disponibiliza, de forma expressiva, recursos técnicos e financeiros ao circuito superior, ignorando o inferior.

Ao contrário da região norte da capital, a região lagunar apresenta uma infraestrutura precária. Nela podem ser vistos lixos a céu aberto, insalubridade, excesso de dejetos jogados na laguna através de línguas d'águas (cerca de 13 pontos de escoamentos), animais (a exemplo de porcos, ratos, burros, urubus, cachorros) circulando no local sem nenhum tipo de fiscalização, apresentando-se como vetores de doenças.

- Aspecto sociopolítico-econômico

As famílias concentradas em toda a extensão da laguna Mundaú apresentam um alto índice de ignorância quanto ao aspecto sociopolítico-econômico e ambiental. Em se tratando da área econômica, as famílias possuem poder aquisitivo abaixo da linha da pobreza. E isso se deve à uma mão de obra barata devido à não qualificação profissional. A maioria da comunidade obtém seus recursos financeiros mediante trabalhos informais, uma prática típica do circuito inferior, ratificando a pesquisa de Milton Santos.

É comum encontrar na região crianças, jovens e adultos “garimpando” materiais recicláveis (garrafas pet, latinhas de alumínio, papelão) para vender em depósitos a preços ínfimos, chegando o quilo a custar cerca de R\$ 0,50. Apenas 1% possui carteira assinada, e esse é o caso de algumas empregadas domésticas. E é importante salientar que o outro tipo de fonte de renda adquirida pela comunidade resulta dos programas do governo federal, a exemplo do Bolsa-Família.



Com relação à parcela da comunidade que sobrevive da pesca e venda do molusco, ela se depara com uma carência de equipamentos modernos para a realização dos trabalhos. Não foi encontrado nenhum maquinário moderno que pudesse ajudar na produção em grande escala, como acontece no circuito superior. Falta-lhes apoio técnico e financeiro dos setores público e/ou privado.

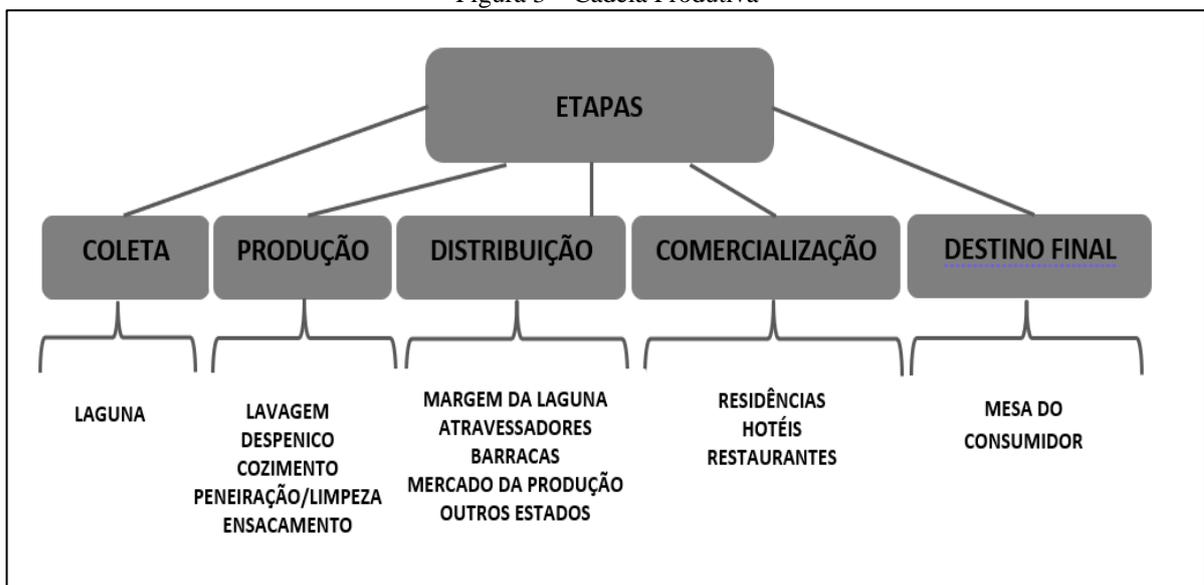
A dinâmica da Favela Sururu de Capote, assim como as demais, mostrava-se, no início da pesquisa, simples e deficiente quanto ao acúmulo de capital, vista pelos governos estadual e municipal como um segmento inexpressivo. Mas essa leitura não condiz com a realidade local. Trata-se de um trabalho que obedece a uma organização preestabelecida e complexa.

- Cadeia produtiva

Existe na cadeia produtiva local frentes de empregos dos mais variados; de forma imediata, informais; mais adiante, formais. Os informais são aqueles que não possuem vínculos empregatícios: pescadores, carregadores, limpadores, despincadores, cozinheiros, ensacadores. Os formais trabalham em restaurantes e hotéis, por exemplo.

Na figura 3 abaixo, pode-se verificar as etapas da cadeia produtiva, desde a coleta até o destino final.

Figura 3 – Cadeia Produtiva



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

A coleta dos cordões do sururu é feita na laguna por duas classes de pescadores: os que são contratados pelos atravessadores e os que não possuem nenhum vínculo empregatício. Em média, essa última classe costuma vender a lata de 15 kg (sururu com lama) por um valor que varia de R\$ 4,00 a R\$ 5,00. Considerando que cerca de 50 latas são vendidas diariamente (cada uma ao preço de 4,50), cada pescador, despincador e cozinheiro consegue, respectivamente, faturar no dia cerca de R\$ 225,00, R\$ 18,00 e R\$ 75,00, como pode ser verificado no quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Ganhos dos trabalhadores sem vínculo com atravessadores

FUNÇÃO	LATA SURURU	R\$/DIA	R\$/SEMANA	R\$/MÊS
Pescador (lavagem/transporte)	(Unidade) RS 4,50	(50 latas) RS 225,00	(200 latas/4 dias) RS 900,00	(800 latas/16 dias) RS 3.600,00
Despincador/família	(Unidade) RS 1,50	(12 latas) RS 18,00	(48 latas) RS 72,00	(192 latas/16 dias) RS 300,00
Cozinheiro/peneiramento	RS 1,50	(50 latas) RS 75,00	(200 latas/4 dias) RS 300,00	(800 latas/16 dias) RS 1.200,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Quando a mesma tarefa passa a ser remunerada pelos atravessadores, a tendência é o valor aumentar. Nesse caso, o pescador chega a ganhar no dia R\$ 300,00; cada despincador, R\$ 30,00 (fixo); e o cozinheiro, R\$ 100,00, como pode ser verificado no quadro 5.

Quadro 5 – Gastos financeiros (atravessadora Jaqueline)

DESPESAS	VALOR REFERENCIAL	R\$/DIA (50 latas)	R\$/SEMANA (200 latas/4 dias)	R\$/MÊS (800 latas/16 dias)
Pescador (2) (lavagem/transporte)	RS 12,00 (por lata)	RS 600,00	RS 2.400,00	RS 9.600,00
Despincador/ensacamento (4) Diária a R\$ 30,00		RS 120,00	RS 480,00	RS 1.920,00
Cozinheiro (1) (peneiramento)	RS 2,00 (por lata)	RS 100,00	RS 400,00	RS 1.600,00
Sururu com casca e lama	RS 5,00 (por lata)	RS 250,00	RS 1.000,00	RS 4.000,00
TOTAL		RS 1.070,00	RS 4.280,00	RS 17.120,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Até chegar à etapa de comercialização, a atravessadora Jaqueline consegue apurar, mensalmente, com a venda do molusco limpo e ensacado, em média, R\$ 40.000,00 (quadro 6). Fazendo a subtração das receitas com as despesas, ela obtém um lucro de R\$ 22.880,00 (quadro 7).

Quadro 6 – Apurado (Jaqueline)

RECEITAS	LATA (2 KG) (Unidade)	R\$/DIA (50 latas)	R\$/SEMANA (200 latas/4 dias)	R\$/MÊS (800 latas/16 dias)
MOLUSCO LIMPO	RS 50,00	RS 2.500,00	RS 10.000,00	RS 40.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Quadro 7 – Lucro pós-venda (Jaqueline)

SURURU	R\$/DIA (50 latas)	R\$/SEMANA (200 latas/4 dias)	R\$/MÊS (800 latas/16 dias)
RECEITAS	RS 2.500,00	RS 10.000,00	RS 40.000,00
DESPESAS	RS 1.070,00	RS 4.280,00	RS 17.120,00
TOTAL	RS 1.430,00	RS 5.570,00	RS 22.880,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

É importante destacar que esse valor oscila de acordo com as estações do ano. No inverno, esse número tende a ficar pela metade. E tanto Jaqueline quanto outros atravessadores são obrigados a recorrerem ao plano B, que consiste em praticar o comércio de outras maneiras para não serem afetados drasticamente com a redução e até mesmo com a escassez do molusco.

Por exemplo, no início de julho de 2022, com o aumento de volume de água da laguna Mundaú, devido ao excesso de chuvas no interior do Estado e por causa de rompimentos de barragens no Estado de Pernambuco, a laguna Mundaú transbordou, prejudicando a reprodução do molusco, cuja quantidade pescada reduziu significativamente. E, para dar continuidade ao processo de venda, muitos pescadores foram forçados a migrarem a outras regiões, a exemplo da cidade de Roteiro, encarecendo o quilo do molusco, que passou a ser vendido a R\$ 40,00.

Na cadeia produtiva, nem todos conseguem apurar um valor assim como o de Jaqueline, principalmente aqueles pescadores que vivem da pesca do molusco voltado apenas para a subsistência. Para competir com os atravessadores, faz-se necessário investir no capital. Até os atravessadores sentem a dificuldade de produção em larga escala por falta de equipamentos e

maquinários adequados. A maioria dos pescadores faz o mergulho em apneia em áreas profundas, correndo o risco de sofrerem danos no cérebro, levando até a morte. Quando os danos não acontecem a curto prazo, eles vão minando aos poucos a saúde física e mental dos pescadores.

Também foi observado na pesquisa que, apesar de toda essa dificuldade, a pesca do sururu não tende a se tornar extinta, pelo menos a curto e médio prazos. Como já foi verificado, além de ser um patrimônio imaterial e a maioria dos moradores viver da pesca e venda, o molusco faz parte do cardápio da família alagoana, principalmente ribeirinha.

Outro fator que inibiria a não prática da cata do sururu é a instalação de associação para a utilização da casca do sururu como uma alternativa para gerar renda, a exemplo do Projeto Maceió Mais Inclusiva Através de Economia Circular, que transforma boa parte das toneladas de cascas jogadas fora em objetos utilitários, de forma a beneficiar dois segmentos: ambiental (sustentabilidade) e econômico (geração de renda).

- Ação governamental

Apesar de iniciativas como essas, não se existe uma política socioeconômica de grande envergadura junto à comunidade local por parte dos governos. E isso não se dá por falta de mão de obra e matéria-prima – formada basicamente por carbonato de cálcio (CaCO_3) – que pode ser encontrada abundantemente. Anualmente, cerca de 300 toneladas desse material são descartadas após a manipulação do marisco, um material que, uma vez bem utilizado, pode ser transformado em dinheiro. E mais: custo zero e lucro garantido. Em cada peça fabricada são empregados 70% desse material; os outros 30% representam a porção de cimento.

Ao contrário da visão governamental, que só enxerga o circuito inferior como incapaz de gerar riqueza, a cadeia produtiva não se trata de um segmento inexpressível com relação ao acúmulo de capital. Com base no que falou Milton Santos, pode-se afirmar que isso não é verdade. O que falta àquela comunidade é apoio, principalmente incentivo financeiro e tecnológico, pois é o emprego desses fatores nos circuitos que faz potencializar a sociedade inerente no aspecto sociopolítico-econômico. O governo pode e precisa canalizar recursos para qualificar a comunidade local, proporcionando-lhes ensino técnico de qualidade.

Inserida no circuito inferior, essa dinâmica da comunidade da favela Sururu de Capote é ao mesmo tempo simples e complexa. A simplicidade consiste na facilidade de acesso ao

material, bem como se tratar de uma economia informal. O complexo se revela na grande parte de agentes envolvidos no processo da cadeia produtiva: desde o simples despincador até um chefe-de-cozinha de uma grande rede hoteleira.

- Transação comercial

No tocante à transação comercial da venda e compra da carne do sururu, foi verificado que essa dinâmica se concentra em Alagoas, mas também vem alcançando mercado interestadual, a exemplo dos estados fronteiriços de Pernambuco, Sergipe e Bahia, este último considerado um comprador em potencial. Já em se tratando de derivados da casca, o mercado atinge a Região Sul, em Santa Catarina, onde está estabelecida a Portobello, empresa de revestimento que importa cobogós para serem comercializados por todo o Brasil.

E, como pode ser notado, uma vez havendo uma implementação de uma tecnologia moderna, esses produtos poderão atingir regiões mais distantes, inclusive mercados internacionais. Em outras palavras, um produto do circuito inferior alcançando um mercado do circuito superior. Uma economia formal fazendo circular uma mercadoria oriunda de um mercado informal. E, como aborda Milton Santos em seu livro Espaço Dividido, havendo emprego de tecnologia, há espaço para crescimento econômico.

- Ação antrópica

Com a crescente instalação de barracos à beira da laguna, a poluição provocada pelos dejetos jogados em suas águas também se apresenta prejudicial ao meio ambiente. E as ações antrópicas mais comuns na Mundaú são: lançamento de maneira irresponsável de resíduos sólidos, lançamento de esgotos sanitários e lançamento de afluentes de indústrias não tratados, podendo desencadear o processo de eutrofização, sem contar com o desrespeito ao defeso.

Em 2019, alunos da Ufal e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR - Campus Sorocaba) realizaram uma pesquisa no CELMM para saber como se encontram alguns níveis de contaminação, como, por exemplo, o pH, a dureza, o Cloreto e o COT em ambas as lagunas. Usando métodos específicos para cada tipo de análise, o resultado foi o seguinte: no geral, o nível de pH foi satisfatório, apresentando-se dentro do intervalo ideal para águas salobras, que é entre 6,50 e 8,50. O nível de pH da laguna Mundaú registrou 8,00, e o da Manguaba 7,19. O

índice de pH é importante por ele retratar a composição das espécies químicas, disponibilidade de nutrientes e toxicidade de elementos muito tóxico.

Já em relação à dureza, tanto a laguna Mundaú quanto a Manguaba se classificam como muito duras, isto é, quando o índice está acima dos 300 mg⁻¹. A laguna Mundaú ficou muito à frente da Manguaba. Ambas registraram, respectivamente, 2033 mg⁻¹ e 372 mg⁻¹. A explicação que justifique essa diferença significativa é que na Mundaú a pesca do sururu se dá em mais intensidade.

Em relação à concentração de íons Cloreto, a laguna Mundaú apresentou um índice de 1389, enquanto Manguaba, 7418. Isso acontece tanto por influência do mar quanto pela ação antrópica no despejo de urina, por exemplo.

No tocante ao índice do Carbono Orgânico Total (COT), mais uma vez a laguna Mundaú apresenta-se à frente da Manguaba, registrando, respectivamente, 15,00 e 1,00. Isso mostra que a laguna Manguaba sofre menos com a ação do homem. Uma explicação para isso é que a laguna Mundaú se apresenta com maior concentração demográfica.

Também foram registrados índices altos de coliformes fecais em áreas específicas, principalmente na região costeira, onde se concentra maior despejos dos dejetos, e presença de salmonela.

Além dessas contaminações anteriormente citadas, na laguna Mundaú foi registrada a presença de chumbo, alumínio, mercúrio, elementos pesados que são jogados via esgoto pelos estabelecimentos às margens da Mundaú, a exemplo de fabricação de cimento, portas de alumínio, etc.

Tudo isso, sem dúvida, afeta o molusco e, conseqüentemente, a pessoa que se alimenta dele. Para ratificar essa leitura, entre 2017 e 2019, foram encontrados no sangue de alguns pescadores zinco, chumbo, ferro, alumínio, manganês e estanho, metais considerados pesados, uma concentração que fere a lei.

Apesar de constatadas essas ações antrópicas no curso d'água da laguna Mundaú, os danos existentes na área são reversíveis. Isso acontece por causa da geografia do local: em contato direto com o mar, todo dia há uma renovação da massa líquida, atenuando e evitando uma eutrofização severa. Porém faz-se necessária uma fiscalização mais atuante, de forma a cobrar dos donos de fábricas que utilizam esses materiais pesados responsabilidade quanto aos seus descartes seguros.

A ação antrópica mais preocupante se dá na infraestrutura dos casebres. Durante a pesquisa de campo, constatou-se a presença de inúmeros animais hospedeiros de doenças graves, a exemplo de porcos, cachorros e ratos, que são transmissores, respectivamente, do *Toxoplasma gondii*, do *Rabies virus* e da *Leptospira*. Isso se dá pelo descarte inadequado de restos de comidas, fezes e, principalmente, das cascas de sururu. Um problema de saúde pública grave, mas que, para o diretor de Habitação, Wagner Simas, tende a ser sanado. Segundo ele, já existe uma preocupação da Prefeitura nesse sentido. As famílias locais vão dispor, no caso para o descarte das cascas, de uma coleta organizada.

- Trabalho infantil

Outro problema gravíssimo visto no processo de cadeia produtiva do molusco está relacionado ao trabalho infantil, causador em potencial do êxodo escolar. São crianças que, além de perderem o processo natural de crescimento físico e mental, vivem sendo exploradas pelos familiares no dia a dia nas tarefas, principalmente na função de despincadoras, quer seja recebendo algum dinheiro ou não. Também nesse aspecto Simas é bastante otimista, por se tratar de um problema que está na pauta da Prefeitura para ser resolvido. Não só esse, mas o que diz respeito à prostituição juvenil.

- Habitação

A pesquisa de campo coincidiu com a mudança da paisagem ribeirinha. Como pode ser verificado no trabalho, mais de 1.700 apartamentos foram erguidos na área. Trata-se de um programa habitacional realizado pelo governo municipal para relocar os moradores, principalmente aqueles que vivem da pesca do sururu, num ambiente mais estruturado e sem precisar migrar para uma região distante da cadeia produtiva do sururu. Segundo Simas, as famílias passarão a ter água potável e energia de forma legalizada, área de diversão e acesso ao ensino e serviço de saúde bem estruturados.

Apesar dessas mudanças que são vistas na orla lagunar, todo o problema de moradia, a médio e curto prazos, tendem a não ser resolvidos. Além das quatro principais favelas existentes na região, inúmeras famílias ainda continuarão morando nas adjacências em ambientes insalubres e vulneráveis. Mas, de acordo com o diretor de Habitação, aos poucos esse problema

também será resolvido com a relocação dessas famílias em outros conjuntos habitacionais já existentes, a exemplo do Caminha e Dênisson Meneses, localizados em bairros distantes da orla lagunar. Nesse aspecto, para que não haja um ciclo vicioso de migração para os barracos de origem, a Prefeitura promete agir com maior rigidez quanto à fiscalização.

Enfim, diante desses resultados da pesquisa realizada na orla da laguna Mundaú chega-se à conclusão de que o processo de produção, distribuição e comercialização do sururu de capote da região é imprescindível para a subsistência da comunidade local. Porém faz-se necessário que políticas públicas nos aspectos sociopolítico-econômicos sejam aplicadas com mais frequência e seriedade. Que haja uma fiscalização periódica e que sejam feitas sanções àqueles que, de alguma maneira, prejudicam o meio ambiente, exigindo dos que participam de toda essa cadeia produtiva uma prática sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a dinâmica da cadeia produtiva do sururu – desde o primeiro momento da pesca até chegar ao público-alvo (consumidores) – foi uma experiência gratificante. Após sua finalização, pôde-se compreender que a comunidade da Favela Sururu de Capote, assim como as circunvizinhas, age de maneira semelhante às das famílias que lutam por um espaço geográfico para estabelecer-se nele e fazer suas histórias.

À proporção que se aprofunda nas histórias dessas famílias, descobre-se que se trata de pessoas das mais diversas culturas, saberes, sentimentos, sonhos, pesadelos: umas analfabetas, outras nem tanto. Todas elas, de forma inconsciente ou não, resolveram se concentrar num ambiente no qual se identificam e possuem um mesmo propósito: lutarem juntos em busca da sobrevivência.

E, como foi observado na pesquisa, a principal causa de se concentrarem naquele nicho é justamente por não possuírem uma moradia, que pudessem ter uma estabilidade e segurança familiar. E muitos se identificam num aspecto: são desprovidos de qualificação profissional. E, por causa dessa não qualificação, a eles lhe são oferecidos trabalhos braçais a pagamentos irrisórios, porém imprescindíveis, inserindo-se numa economia informal, como diz bem Milton Santos, em seu livro Espaço Divido, típica do circuito inferior.

Foi percebido que a concentração naquela região não se deu apenas de imigrantes de outros estados. A pesquisa mostrou que a maioria é daqui mesmo da cidade, pois, à medida que o poder aquisitivo não dava mais para pagar sequer um aluguel, o que restou foi migrar do Centro para as regiões periféricas. E, como sururu para os pescadores não se compra, se cata, as famílias tanto consomem como vendem. Se, por um lado, isso é bom para sobrevivência; por outro, tornam-se dependentes. E, nesse hábito passado de geração a geração, desempenham um trabalho com característica escravagista.

Durante a pesquisa, refleti sobre as famílias da Inglaterra, cujo circuito superior não media esforço em crescer em detrimento de vidas inocentes e subalternas, morando, assim como as famílias ribeireirinhas de Maceió, em cortiços insalubres e, durante sua labuta, tendo um contato direto com o carvão. Toda semelhança não passa de uma mera coincidência. Ao observar como acontece o processo da cadeia de produção do molusco, percebe-se que não é fácil a luta pela sobrevivência, mediante um trabalho insalubre, perigoso e desumano.

Enfim, espera-se, com base na literatura de Milton Santos, que naquele circuito inferior onde a Favela Sururu de Capote (assim como as demais) se encontra inserida sejam aplicadas políticas públicas eficazes e que o governo possa disponibilizar verbas para subsidiar estruturalmente aquela comunidade com o emprego de tecnologia moderna, de forma que o comércio informal dos atravessadores passe à condição de formalidade, beneficiando todos os agentes envolvidos na produção da cadeia produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. **Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre, ANTAC, 2009 (Coleção Habitare, v. 10.)

ARAÚJO, A.G.S.de. **A Dinâmica da Ocupação na Favela Sururu de Capote: Segregação Socioespacial e Exclusão Social**. Maceió-AL: Ufal, 2018.

BEZERRA, E. de G.; NETO, E.V. da S. **Sururu: um patrimônio a contrapelo**. Rosa dos Ventos, 2014.

DUARTE, R. de O. **Orla Lagunar de Maceió: apropriação e paisagem (1960-2009)**. Maceió-AL, Ufal, 2010.

LIMA, S. F., & OLIVEIRA, K. C. da S. (2017). **Formas Alternativas do Uso da Casca do Sururu**. Caderno de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas - UNIT - ALAGOAS, 3(3), 121. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/fitsexatas/article/view/3712>

NASCIMENTO, F.A.T.; BRAZ, M.C. de A.; BARROSO, I.R.S.; HOLANDA, E.P.T. de; BADIRU, A. **O processo de ocupação do solo de Maceió: do porto de Jaraguá ao plano diretor**. Ciências exatas e tecnológicas | Maceió | v. 3 | n.2 | p. 11-28 | Abril 2016 | periodicos.set.edu.br

OMENA, A.P.O.; TAVARES, A. **A saúde laboral das marisqueiras da lagoa Mundaú**. Condições subumanas e exploração de mão de obra expõem catadoras a riscos invisíveis. Maceió, AL: Tribuna de Alagoas, 2018.

PINHEIRO, S. da S.S.; ALVES, M.T. de M. **Subsistência em Situação de Favelamento (Favela Sururu de Capote)**. Maceió-AL: Ufal, 2005.

SANTANA, Y.R.M. da S. **Trabalho e direitos humanos: um olhar sobre as mulheres marisqueiras**. Maceió-AL: Unit, 2020.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.



VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP: Lincoln Institute, 376p, 2001.

WANDERLEY, A.D.P.; MENDONÇA, A.G.R.; OLIVEIRA, L.C.de; FIGUEIREDO, I.M.; FERNANDES, A.P.; BATALHA, L.T.; BOTER, W.G. **Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba: caracterização da matéria orgânica natural e interação com íons Hg^{2+}** . Quim. Nova, Vol. 43, Nº. 2, 206-211, 2020. <http://static.sites.s bq.org.br/quimicanova.s bq.org.br/pdf/AR20190423.pdf>

SITES

_____ <https://archtrends.com/blog/cobogo-portobello/>

_____ <http://andrecabralhistoria.blogspot.com/2014/08/as-mudancas-dos-padroeiros-de-maceio-de.html>

_____ <https://d.gazetadealagoas.com.br/opinia o/345138/dique-estrada--40-anos>

_____ <https://periodicos.set.edu.br/fitsexatas/article/view/3712>

_____ <https://portokaete.com.br/2021/03/22/pratos-com-sururu/>

_____ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Leptospira_\(bact%C3%A9ria\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Leptospira_(bact%C3%A9ria))

_____ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sururu>

_____ https://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%ADrus_da_raiva

_____ <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2021/01/19/76873-exposicao-reune-pecas-sustentaveis-de-casca-de-sururu>

_____ <https://ufal.br/ufal/noticias/2019/10/estudo-constata-contaminacao-por-mercúrio-no-sangue-de-pescadores-da-lagoa-mundaú>

_____ <https://www.archdaily.com.br/br/957572/projeto-baseado-em-economia-circular-transforma-cascas-de-sururu-em-cobogo-em-alagoas>

_____ https://www.novemeses.org/saude/o-que-e-toxoplasmose-e-quais-os-riscos-da-doenca-para-mulheres-gravidas/?gclid=Cj0KCQjwuaiXBhCCARIsAKZLt3lJdaZmfrQ_uEkJCs3L6ob5Q1oit7Tt2Jx0uwkViuvDlcoHKAmkocaAr_6EALw_wcB



APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário quanto à produção e comercialização do molusco

1 – Desde a “coleta” do molusco, qual o período de alta e o de baixa? _____

2 – Existe alguma associação local voltada à produção e comercialização do sururu? Há quanto tempo reside na Favela Sururu de Capote?

- a) Sim
- b) Não

Em caso de não, existe algum projeto voltado para isso?

- a) Sim
- b) Não

3 – Algum órgão do governo mantém contato com a comunidade quanto à produção do sururu?

- a) Sim. Qual? _____
- b) Não.

Em caso de não, existe algum projeto voltado para isso?

- c) Sim. Qual: _____
- d) Não

4 – Como é feito o descarte da casca do molusco?

- a) Em terreno próximo
- b) Em contêineres
- c) Na laguna
- d) Outras formas: _____

5 – Existe algum projeto para aproveitamento da casca do sururu?

- a) Sim. Qual? _____
- b) Não

6 – Em qual parte da laguna se retira o sururu?

- a) Parte rasa, às margens
- b) Parte rasa, central
- c) Parte funda, às margens
- d) Parte funda, central
- e) Outras: _____

7 – Quantos quilos de sururu são retirados, em média, da laguna no dia?

- a) Menos de 10 quilos
- b) Entre 10 e 20 quilos
- c) Entre 20 e 30 quilos
- d) Entre 40 e 50 quilos
- e) Mais de 50 quilos

8 – A retirada do sururu da laguna é feita diariamente?

- a) Sim
- b) Não

Se não, qual período? _____

9 – Quantas famílias vivem dessa atividade?

- a) Menos de 10 famílias
- b) Entre 11 e 30 famílias
- c) Entre 31 e 50 famílias
- d) Entre 11 e 100 famílias
- e) Mais de 100 famílias

10 – Qual a faixa etária das pessoas envolvidas nessa atividade?

- a) Menos de 5 anos
- b) Entre 6 e 10 anos
- c) Entre 11 e 15 anos
- d) Entre 16 e 20 anos
- e) Mais de 21 anos

11 – Onde são condicionados os moluscos após a retirada da laguna?

- a) Frezeer
- b) Latas ou baldes
- c) Outros: _____

12 – Existem casos de doenças por causa dessa prática?

- a) Sim. Quais? _____
- b) Não

13 – Depois de cozido e retirado o capote, quantos quilos de sururu são computados?

- a) Menos de 10 quilos
- b) Entre 10 e 20 quilos
- c) Entre 20 e 30 quilos
- d) Entre 40 e 50 quilos
- e) Mais de 50 quilos

14 – Onde é feita a distribuição e venda do molusco?

- a) Próprio local
- b) Compradores em geral
- c) No próprio bairro
- d) Mercado da produção
- e) Restaurantes
- f) Outros: _____

15 – Quanto custa o sururu vendido em lata logo após a retirada no local?

- a) Menos de R\$ 5,00
- b) Entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00
- c) Entre R\$ 7,00 e R\$ 20,00
- d) Outro valor: R\$ _____

16 – Quanto custa o quilo do sururu já tratado? _____

- a) Custa R\$ 1,00
- b) Entre R\$ 2,00 e R\$ 5,00
- c) Entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00
- d) Outro valor: R\$ _____

17 – Quantos quilos são vendidos, em média, por dia?

- a) Menos de 10 quilos
- b) Entre 10 e 20 quilos
- c) Entre 20 e 30 quilos
- d) Entre 40 e 50 quilos
- e) Mais de 50 quilos

18 – Quanto ganha uma pessoa que despinica o sururu de capote?

- a) Menos de R\$ 5,00
- b) Entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00
- c) Entre R\$ 7,00 e R\$ 20,00
- d) Outro valor: R\$ _____

APÊNDICE 2 – Trechos das áreas A, B, C, D, E e F aterradas



Fonte: Adaptado de Google Earth (2019)